



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CAMPUS DE SOBRAL**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E**  
**POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO**

**DROGAS E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: PROCESSO FORMATIVO EM**  
**REDUÇÃO DE DANOS PARA SOCIOEDUCADORES**

**SOBRAL**

**2022**

FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO

DROGAS E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: PROCESSO FORMATIVO EM REDUÇÃO  
DE DANOS PARA SOCIOEDUCADORES

Produto técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia e Políticas Públicas. Área de concentração: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé

SOBRAL

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- C159d Calixto, Francisca Graziele Costa.  
Drogas e Sistema Socioeducativo : processo formativo em redução de danos para socioeducadores / Francisca Graziele Costa Calixto. – 2022.  
62 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2022.  
Orientação: Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé.
1. Psicologia e Políticas Públicas. 2. Redução de Danos. 3. Sistema socioeducativo. I. Título.  
CDD 302.5
-

FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO

DROGAS E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: PROCESSO FORMATIVO EM  
REDUÇÃO DE DANOS PARA SOCIOEDUCADORES

Produto técnico apresentado ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Psicologia e Políticas Públicas. Área de concentração: Clínica, Saúde e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé

Aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Paulo Henrique Dias Quinderé (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Ph.D. Camilla Araújo Lopes Vieira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Ph.D. Eliany Nazaré Oliveira  
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UEVA)

**Dedico ao sr. Sebastião e a dona Zulmira com e por todo amor.**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais que sempre, através das raízes, encorajaram meu florescer.

Aos meus professores de mestrado que além dos ensinamentos curriculares, me ensinaram que essa etapa é muito mais sobre não desistir.

Aos meus colegas de turma de mestrado que sonharam comigo esse percurso e pude os ver concluir os seus com muita satisfação e agora eu concretizo o meu com todos os pontos e vírgulas onde deveriam estar.

Às minhas companheiras de trabalho da Escola Raul Monte por compartilhar comigo na prática a vivência educacional dos nossos adolescentes que estão em conflito com outros tipos de lei.

A minhas amigas-irmãs que não me deixaram desistir, mesmo quando tudo não parecia ter mais sentido, mas que acolheram todas as minhas decisões fossem elas quais fossem.

Ao meu namorado que veio para fechar comigo esse ciclo com a delicadeza de um fim de tarde.

Aos profissionais que compõem o Sistema Socioeducativo de Sobral.

Por tudo que me deixou mais forte até aqui.

Lá fora é a liberdade e o sol. [...] A liberdade é como o sol, o bem maior do mundo.

Capitães da Areia (Jorge Amado).

## RESUMO

O uso de substâncias por parte de adolescentes que cometem ato infracional no Brasil se insere num contexto no qual prevalece uma visão moralizante e criminalizante do uso de drogas. Com isso, objetivou-se propor uma estratégia reflexiva em redução de danos no Centro Socioeducativo de Sobral/CE. Como forma de acessar de maneira mais concreta essas percepções foi facilitado um curso formativo sobre drogas e seus aspectos. O curso também se configura como um potencial produto técnico que pode ser replicado em diversos espaços que atuem com aplicação de medidas socioeducativas. A partir disso, ao longo do próprio processo formativo foram coletados dados a serem analisados dentro do discurso trazido por esses profissionais psicossociais sob o parecer de número: 5.642.482 do Comitê de Ética e Pesquisa. Participaram 17 socioeducadores, 06 mulheres e 11 homens durante um período de três meses. Para análise dos conteúdos que surgiram durante o processo utilizou-se da análise de conteúdo via IRaMuTeQ, pelo qual chegou-se como resultado a quatro classes encontradas no processo que foram “Classe 1 – O papel do socioeducador no acompanhamento dos adolescentes e os obstáculos da ressocialização”, no qual o socioeducador desacredita na reinserção social do adolescente, principalmente pelo ambiente que este está inserido. Na “Classe 2 – O contexto do uso de substâncias na adolescência, ineficiência das políticas públicas e necessidade de reordenação do sistema socioeducativo”, para ele as políticas não os alcançam e não estão garantidas, de modo que a visão não deve ser simplista como alguns apontam, mas multideterminada. De acordo com a Classe 3 – Os desafios e ausência de reconhecimento no trabalho do socioeducador que atua com adolescentes em conflito com a lei” coloca este grupo em disputa de poder com o sistema que busca proteger o adolescente e acaba por fragilizar o trabalho do socioeducador que se sente desvalorizado. Enfim, “Classe 4 – Perspectivas sobre a influência do uso de substâncias, redução de danos e capacitação profissional”, estes profissionais não se sentem capacitados para abordar a temática das drogas, muito menos pela ótica da redução de danos.

**Palavras-chaves:** Psicologia e Políticas Públicas; Redução de Danos; Sistema socioeducativo.



## ABSTRACT

The use of substances by adolescents who commit an offense in Brazil is part of a context in which a moralizing and criminalizing view of drug use prevails. With this, the objective was to propose a reflective strategy in harm reduction in the Socio-Educational Center of Sobral/CE. As a way of accessing these perceptions more concretely, a training course on drugs and their aspects was facilitated. The course is also configured as a potential technical product that can be replicated in different spaces that act with the application of socio-educational measures. From this, throughout the formative process itself, data were collected to be analyzed within the speech brought by these psychosocial professionals under opinion number: 5,642,482 of the Ethics and Research Committee. 17 socio-educators, 06 women and 11 men, participated during a period of three months. For the analysis of the contents that emerged during the process, content analysis was used via IRaMuTeQ, which resulted in four classes found in the process, which were “Class 1 – The role of the socio-educator in monitoring adolescents and the obstacles of resocialization”, in which the socio-educator discredits the adolescent's social reintegration, mainly due to the environment in which he is inserted. In “Class 2 – The context of substance use in adolescence, inefficiency of public policies and the need to reorganize the socio-educational system”, for him, policies do not reach them and are not guaranteed, so that the view should not be simplistic as some point, but multidetermined. According to Class 3 – The challenges and lack of recognition in the work of the socio-educator who works with adolescents in conflict with the law” puts this group in a power struggle with the system that seeks to protect the adolescent and ends up weakening the work of the socio-educator who feels undervalued. Finally, “Class 4 – Perspectives on the influence of substance use, harm reduction and professional training”, these professionals do not feel able to address the issue of drugs, much less from the perspective of harm reduction.

**Keywords:** Psychology and Public Policies; Harm Reduction. Socio-educational system.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 – Conteúdo programático do curso “ <i>Uso de substâncias Psicoativas: uma abordagem psicossocial</i> ” .....	28
Figura 1 - Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente.....	32

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial

CHD - Classificação Hierárquica Descendente

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HIV - *Human Immunodeficiency Virus*

IRAMUTEQ - *Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires*

PepPSIC - Periódicos Eletrônicos em Psicologia

PIA - Plano de Atendimento Individual

*SciELO - Scientific Electronic Library Online*

SEAS - Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

SIDA – Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>13</b>
1.1	Encontro com o objeto de estudo	15
1.2	Contextualização do objeto de estudo	16
1.3	Justificativa e relevância	18
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS</b>	<b>20</b>
3.1	O uso de substância e a cultura	20
3.2	Drogas e o proibicionismo	21
3.3	Adolescência e o uso de substâncias	22
3.4	Droga e crime: consumo de substâncias psicoativas no sistema socioeducativo brasileiro	23
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>24</b>
4.1	Desenho de estudo	24
4.2	Metodologia proposta: Campo de intervenção	25
4.3	Participantes	26
4.4	Instrumentos de levantamento de informação	26
4.5	Critérios de inclusão	29
4.6	Critérios de exclusão	29
4.7	Procedimentos de coleta de dados	30
4.8	Desfecho	30
4.9	Análise dos dados	30
4.10	Aspectos éticos	31
<b>5</b>	<b>RESULTADOS</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>DISCUSSÃO</b>	<b>40</b>
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>44</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>46</b>
	<b>APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b>	<b>51</b>
	<b>ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA</b>	<b>54</b>
	<b>ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP</b>	<b>55</b>
	<b>ANEXO C – RELATÓRIO DE CURSO PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL</b>	<b>58</b>
	<b>ANEXO D - FICHA DE SÍNTESE PARA INSERÇÃO DE DADOS NO COLETA CAPES</b>	<b>62</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O uso de substâncias por parte de adolescentes que cometem ato infracional no Brasil se insere num contexto no qual prevalece uma visão moralizante e criminalizante do uso de drogas (FRANCISCO; MARTINS, 2017). Estudos apontam que uma parcela significativa de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa fazem uso de algum tipo de substância psicoativa (DAMEDA; BONAMIGO, 2018; JIMENEZ; ANDRADE; BIANCHINI, 2016; JIMENEZ; ADORNO; MARQUES, 2018; MARTINS; PILLON, 2008; RIBEIRO; RIBEIRO; DESLANDES, 2018). Em contradição a isso, o quarto relatório do Sistema Socioeducativo do Ceará informa que, em relação ao uso abusivo de drogas, há ausência de uma política adequada de prevenção e de redução de danos, além de articulação intersetorial de forma atuante que atenda esses jovens (CEARÁ, 2017).

Esse cenário mostra-se desafiador para os profissionais que trabalham diretamente com tal público, visto que muitos deles não se consideram capacitados para os atendimentos (OLIVEIRA, *et al.*, 2018). A esses profissionais, é atribuída a nomenclatura “socioeducador” e o nível de escolaridade mínimo exigido para que se trabalhe na área é o ensino médio.

Além deles, a equipe que trabalha nas unidades socioeducativas é composta por técnicos com formação em ensino superior em Psicologia, Serviço Social e Pedagogia (SEAS, 2021). Todos estes profissionais devem dispor de processos de educação permanente, conforme preconizado pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2012).

Jimenez, Adorno e Marques (2018) mostram que, em decorrência de uma visão conflitante a respeito do uso de substâncias em nossa sociedade e da dificuldade em lidar com este tema durante o atendimento aos adolescentes, esses profissionais atribuem a responsabilidade especialmente a serviços de saúde como o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Em complemento, Pereira e Mauro Júnior (2017) apontam a necessidade de promover uma formação continuada a esses profissionais, devendo esta ser pautada na garantia dos direitos humanos, de modo a romper com a visão estigmatizante que cerca esta população.

Com isso, aponta-se para a necessidade de articulação com a Rede de Atenção Psicossocial, primordialmente pela equipe da Atenção Básica em Saúde, mas também através do fortalecimento do suporte CAPS Álcool e outras drogas, para garantir um cuidado articulado que priorize a vida dos adolescentes em comunidade. Para isso, a implementação da política de saúde deve ocorrer no âmbito da governança pública para que os profissionais

tenham condições de realizar o trabalho intersetorial (JIMENEZ; ADORNO; MARQUES, 2018; PERMÍNIO *et al.*, 2018; OLIVEIRA *et al.*, 2018).

Conforme aponta Jimenez (2014), é possível observar uma dificuldade de acesso à saúde mental por parte dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto. Com isso, pensa-se também na garantia de acesso do adolescente a esses serviços após o cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado e nota-se uma ausência de políticas específicas para garantir essa articulação, que deve ocorrer nos diferentes níveis de atenção (JIMENEZ; ADORNO; MARQUES, 2018).

Aliado a isso, conta-se com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em conflito com a lei (PNAISARI), instituída pela Portaria 1.082/2014, que estabelece critérios e fluxos para assistência em saúde do adolescente. A sua perspectiva aponta para a promoção do cuidado de acordo com as normativas do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do SINASE pelo viés dos direitos humanos. Nesse caso, o uso de substâncias é previsto no que tange a saúde mental dos adolescentes. Estes podem apresentar problemas decorrentes do uso problemático, mas também dos atravessamentos relacionados à política punitivista de guerra às drogas (JIMENEZ, 2014; RIBEIRO; RIBEIRO; DESLANDES, 2018).

Nessa perspectiva, pode-se destacar os efeitos das políticas de combate às drogas no Brasil. Oliveira *et al.* (2019) destacam que estas foram inspiradas na política proibicionista norte-americana na década de 70 ampliando a questão também para o âmbito da saúde sob a forte influência do discurso médico sob um olhar medicalizante da sociedade. Os usuários de substâncias foram inseridos no estigma da doença mental. Para Petuco (2019), essa tendência reverbera no movimento social da Luta Antimanicomial, que vai de encontro à proposta higienista e estigmatizante das pessoas manicomializadas, além das circunstâncias de tratamento.

Nesse sentido, a redução de danos surge como uma estratégia de cuidado em saúde, intimamente ligada à epidemia de HIV/SIDA no mundo e que fora disseminada fortemente na Europa, ainda na década de 1970. Esta surgiu como forma de minimizar os efeitos negativos do uso de substâncias como o Programa de Troca de Seringas (PTS), por exemplo, e assim prevenir a disseminação do vírus.

Além disso, essa abordagem buscava garantia autonomia ao sujeito quanto a seu uso e as implicações em sua realidade vivida. Leva-se em consideração nessa estratégia o desejo do usuário, este que nem sempre quer cessar o uso, mas que tem direito de acessar os cuidados

em saúde necessários, rompendo com uma visão estigmatizante associada ao proibicionismo (OLIVEIRA *et al.*, 2019).

A política sobre drogas no Brasil sofreu forte influência da perspectiva da redução de danos. Segundo Ribeiro (2013), somente em 2006, através da Lei nº 11.343, é que foram reconhecidas judicialmente novas diretrizes de combate às drogas. Nela, a redução de danos aponta para o modelo europeu com uma política proibicionista moderada e influenciada pela ótica dos direitos humanos, surgindo como uma alternativa de cuidado que não se restringe ao objetivo único de abstinência (SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015; SOUZA; MONTEIRO, 2011).

Dessa forma, ao visualizar o cenário de cuidados em saúde e a ressocialização preconizada pelo sistema socioeducativo no Brasil, percebe-se o rompimento de um pacto social estabelecido que, supostamente, assegura a harmonia em sociedade. Com isso prevalecem práticas punitivas para o público adolescente em conflito com a lei a partir do discurso socioeducativo (SILVA; CHAVES, 2014). Pode-se, assim, pensar em uma perspectiva que promova um cuidado em saúde pelo viés dos direitos humanos através da Política Nacional de Redução de Danos (BRASIL, 2005), conforme preconiza o ECA (1990).

### **1.1 Encontro com o objeto de estudo**

Meu encontro com a realidade estudada foi a partir do cotidiano de atuação do CAPSAD, enquanto minha atuação como psicóloga nesse espaço, os profissionais faziam valer os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei nº 8.080/1990. Estes buscavam articular ações intersetoriais, recebendo os adolescentes no serviço para atendimentos multiprofissionais, assim como cumpriam uma agenda de grupos temáticos com os jovens a cada 15 dias nos centros.

Nesses encontros, tínhamos contato com os adolescentes, bem como com os socioeducadores responsáveis que participavam da atividade proposta. A facilitação era feita por dois profissionais do CAPS e todos os integrantes da equipe multiprofissional se revezavam para que cada um estivesse em uma atividade por mês.

Contávamos com o auxílio da equipe de residentes de saúde mental, que revezavam-se junto conosco no planejamento e na facilitação dos momentos. As atividades incluíam além de temática sobre drogas (tipos, usos, apresentações, etc.), outras que levassem em consideração a vida como um todo daqueles adolescentes através de discussões sobre sonhos, planos para o futuro, mundo do trabalho, estudos, entre outros.

Logo, as discussões tomavam proporções para além de considerar o uso de drogas dentro da dicotomia “bom *versus* ruim”. Alguns socioeducadores recusavam-se a participar, outros empolgavam-se e até se divertiam com os adolescentes.

Além disso, havia constante diálogo com a equipe dessas unidades, que acolhiam os pedidos muitas vezes angustiados dos que buscavam atendimentos breves e resolutivos diante da complexidade do contexto. Mesmo se tratando de uma equipe multiprofissional, os casos eram compartilhados por pelo menos dois profissionais do serviço, mas por conta da limitação do traslado do adolescente do centro socioeducativo até o CAPS, estes passavam apenas por consulta psiquiátrica.

O controle medicamentoso era a principal estratégia de cuidado diante dos sintomas ou prejuízos relacionados ao uso de drogas. Em acolhimento, na primeira ida do adolescente ao serviço, o profissional que acompanhava o interno, geralmente relatava os sintomas como decorrentes da falta da substância. Após interconsulta psiquiátrica e agendamento da consulta, era liberada medicação a ser controlada e administrada pela equipe de saúde do centro.

Por essa experiência de um ano (período de 2018), pude ter acesso a certas nuances que constituem o trabalho dos profissionais que estão no cuidado direto com os adolescentes internados por cumprimento de medida. Percebia que a nossa presença enquanto CAPS provocava um alívio momentâneo diante das questões quanto ao uso de drogas, no caso, os possíveis sintomas relacionados. Porém, também percebi uma certa limitação quanto ao tema que só pude constatar conversando diretamente com os mesmos através desta pesquisa.

Nossa presença provocava certo alívio momentâneo diante dessas questões, mas enquanto profissional que atua cotidianamente nesse espaço, há uma responsabilidade do cuidado a esse perfil de adolescente? É esse o questionamento que irá nortear *a priori* todo encaminhamento desse trabalho.

## **1.2 Contextualização do objeto de estudo**

Os centros socioeducativos de Sobral atendem tanto a região Norte do estado quanto regiões circunvizinhas, recebendo o público masculino inseridos numa faixa etária entre 12 e 18 anos. Estes compreendem os centros de semiliberdade, internação provisória e internação após decisão judicial, que contando com o suporte de uma equipe multiprofissional composta por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos e enfermeiros, além da equipe de socioeducadores, conforme está previsto no Sistema Nacional de Atendimento



Socioeducativo (SINASE) e no regimento interno dos centros socioeducativos do estado do Ceará.

Atualmente, os centros atendem a gestão da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS), que também atua como órgão fiscalizador. Essa equipe acompanha o adolescente desde sua entrada no centro bem como a construção conjunta do Plano de Atendimento Individual (PIA), que envolve ainda a participação da família.

Dentro do acompanhamento pedagógico são produzidos relatórios a respeito das condutas do socioeducando para que seja reavaliado a cada seis meses a permanência deste na unidade (BRASIL, 2012). Além disso, também são elaborados relatórios acerca das atividades realizadas que compõem o rol de documentações de acompanhamento de cada adolescente. Em acréscimo, é realizado o acompanhamento de saúde pelo suporte da atenção básica na Unidade Básica de Saúde e nos demais níveis de atenção como a Rede de Saúde Mental de Sobral. Atentamos assim para a articulação intersetorial entre os dispositivos da saúde mental voltado para o cuidado de usuários de álcool e outras drogas (CAPS-AD) com os atores que fazem parte do sistema socioeducativo de internação do município de Sobral, Ceará.

O Centro Socioeducativo de Sobral atende a medida socioeducativa de internação após determinação judicial. O ambiente foi escolhido por caracterizar-se como uma equipe que permanece por um período de cumprimento de medida mais prolongado junto ao adolescente, bem como traçando estratégias de convívio dentro da privação de liberdade (medida mais dura) para o meio aberto. Além da equipe técnica, a equipe é composta pelo diretor, gerente, coordenador de segurança, coordenador técnico, coordenador administrativo, socioeducadores e equipe técnica (esta é composta pelos profissionais de nível superior, psicólogo, enfermeiro, assistente social, pedagogo que acompanham individualmente o adolescente através do PIA). São 75 socioeducadores, sendo 65 do sexo masculino e 10 do sexo feminino. Eles são divididos em quatro plantões, dois diurnos e dois noturnos, com carga-horária de 12/36.

Nesse sentido, no cotidiano de atuação do CAPS AD, enquanto atuei como psicóloga nesse espaço, percebi que os profissionais faziam valer os princípios do Sistema Único de Saúde pela Lei nº 8.080/1990, sempre buscando articular ações intersetoriais e recebendo os adolescentes no serviço para atendimentos multiprofissionais. Além disso, cumpriam uma agenda de grupos temáticos com os jovens a cada 15 dias nos centros.

O uso de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas (álcool, cigarro, crack, etc.) por parte dos adolescentes é terminantemente proibido durante a internação, segundo regimento interno. As exceções envolvem somente a ingestão e medicamentos psicotrópicos mediante prescrição em acompanhamento psiquiátrico. Diante disso, visualizamos previamente que os profissionais socioeducadores e técnicos, por inúmeras vezes, fazem associações entre o comportamento transgressor do adolescente e a falta do uso da droga, o que tem levado muitas vezes a visões e posicionamentos preconceituosos.

Essa postura interfere negativamente na efetivação da política de redução de danos instituída pela Lei nº 1.028/2005. Porém, antes de apontarmos visões prévias, se faz necessário investigar a demanda desses profissionais diante das dificuldades de trabalhar o uso de drogas na adolescência, bem como fazer valer a potência da escuta desses jovens enquanto sujeitos de suas histórias.

A visão do uso de substâncias por parte dos adolescentes pode ser configurada como ato infracional mediante as nuances que a legislação brasileira apresenta para a posse de drogas ilícitas. Muitos adolescentes que vão para o cumprimento de medida em meio fechado, tida como mais severa, têm cometido o crime análogo ao tráfico de drogas. Nesse contexto, reatualiza-se a visão de crime atrelado socialmente ao usuário de substâncias psicoativas não lícitas. Agra (2008) aborda que os aspectos psicossociais dos usuários de substâncias não estão necessariamente vinculados a práticas criminalizantes, enquanto Bergeron (2012) complementa que o que se propagou foi uma perspectiva de comportamento desviante da norma por parte dos grupos que se identificam através do uso criando demandas sociais fora do *status quo* vigente.

### **1.3 Justificativa e relevância**

Com isso, o papel fundamental no fortalecimento de um discurso de redução de danos em espaços de privação de liberdade buscou questionar o que de fato configura-se como crime pelo usuário de substâncias. Como a legislação vigente no nosso país nos reverbera discursos dos profissionais que atuam com esse público. Bem como, a questão do proibicionismo os atravessa direcionando visões de trabalho.

Nesse contexto, encontra-se poucas produções científicas que abordem de forma teórica e/ou prática a questão das drogas no âmbito do trabalho socioeducativo e menos ainda na medida de privação de liberdade. Para desenvolver o tema deste trabalho, utilizou-se descritores relativos ao tema drogas e à formação em serviço dos socioeducadores.

Realizaram-se levantamentos em três bases de dados: Google Acadêmico, *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* e Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PePSIC). Em todas elas, buscou-se artigos dos últimos dez anos (2012-2022). No Google Acadêmico utilizou-se como descritor geral “drogas e formação do socioeducador”, tendo sido encontrados 10 artigos, em que apenas um abordava a questão das drogas como tema central, sendo uma revisão integrativa que analisava a correlação entre ato infracional e o consumo de drogas, não abordando de fato a formação do profissional socioeducador para lidar com essas questões. Em um outro artigo dessa pesquisa abordava-se a saúde mental de agentes socioeducadores nas medidas de privação de liberdade no qual foi realizada uma análise da narrativa que apontava para um contexto de violência e riscos aos quais estão submetidos. Nas bases de dados *SciELO* e PePSIC foram utilizados os descritores “formação”, “socioeducador”, “drogas”. Dessa forma consideramos escassas as produções sobre o tema.

Neste trabalho, as questões ligadas ao proibicionismo partiram de uma abordagem histórica de como este vem se configurando ao longo dos anos, através das mudanças históricas e sociais que pautaram a visão das drogas na sociedade atual. A partir disso, investigou-se como essa história contribui para o discurso de “demonização” do uso de drogas na nossa sociedade, aspecto que retrocede as políticas públicas de saúde que buscam atender integralmente sujeitos que optam pelo consumo de substâncias psicoativas em qualquer momento de suas vidas.

Buscou-se também refletir sobre as atribuições de todos os agentes socioeducadores, para que esses possam atender as demandas de forma autônoma no âmbito do consumo de drogas por parte dos adolescentes que cometem ato infracional e estão em privação de liberdade. Nesse sentido, o processo formativo dialógico contribuiu para a superação de dificuldades quanto à abordagem sobre drogas com os profissionais do sistema socioeducativo brasileiro. É importante que seja priorizado um processo que envolva o público atendido em um exercício de cidadania, onde para além da necessidade de escuta aos adolescentes que ali estão como uma ferramenta potente no fazer saúde nesses espaços, visualiza-se a importância do diálogo e de processos formativos permanentes.

É pela perspectiva da Redução de Danos com a qual se atua intersetorialmente na rede de saúde mental do município de Sobral que é possível criar um modelo formativo, de modo que o cuidado em saúde não seja restrito aos muros do serviço especializado e que se faça valer a intersetorialidade nesses espaços levando em consideração o conceito de saúde pelo qual preconiza no SUS.

Diante do exposto, sugeram os seguintes questionamentos: a compreensão das ações de redução de danos pelos agentes socioeducadores pode viabilizar melhorias nas condições de saúde dos adolescentes em conflito com a lei? A facilitação de um curso que aborde esses temas pode instrumentalizar esses profissionais para o cotidiano de atuação? O conhecimento sobre a redução de danos pode minimizar os conflitos dos socioeducadores no trato com os adolescentes em conflito com a lei? Respondê-las pode ajudar a compreender acerca da redução de danos na elaboração de um curso formativo que pode contribuir com vias de instrumentalização no trabalho com os adolescentes, aplicando, assim, as possibilidades de intervenção dos socioeducadores na abordagem ao uso de drogas.

## **2 OBJETIVOS**

Buscar-se-á facilitar um curso formativo para socioeducadores que atuam com adolescentes em conflito com a lei quanto à abordagem em redução de danos. Para isso, foi necessário compreender sob qual perspectiva esses socioeducadores entendem o uso de substâncias e redução de danos na adolescência em seu cotidiano de trabalho, no diálogo com os adolescentes.

A partir dessa compreensão, tornou-se possível fomentar as discussões propostas pelo curso formativo com o intuito não apenas de capacitar, mas construir uma prática mais dialógica e crítica, assim como um produto técnico com potencial de replicabilidade para que outros profissionais possam acessar e facilitar os momentos de acordo com a temática.

## **3 FUNDAMENTOS TEÓRICOS**

### **3.1 O uso de substância e a cultura**

As substâncias psicoativas têm acompanhado o percurso da humanidade, sendo consumidas em diversos contextos culturais, de variadas formas e com díspares objetivos. As drogas, como são denominadas popularmente, foram percebidas tanto como benéficas quanto nocivas em função de sua época, da cultura em que se inseria o seu uso e, sobretudo, em função do padrão e dos motivos subjacentes a seu consumo.

Segundo Abramovay (2005, p. 63), “as drogas chamadas psicotrópicas ou psicoativas [...] alteram os sentidos, induzem à calma ou à excitação, potencializam alegrias, tristezas e fantasias”. Por meio de estudos arqueológicos, foi possível verificar o uso de substâncias, como o álcool, por civilizações antigas. Estas também foram utilizadas como remédio, já se

configurando como aspectos no âmbito da cultura (MACHADO; BOARINI, 2013). Logicamente, com a mudança da estrutura social, foi visualizaram-se mudanças no contexto do uso de substâncias.

Desse modo, lida-se atualmente com uma questão problemática quanto ao uso destas, pois no mundo ocidental no século XIX o uso de álcool e outras drogas distanciaram-se dos contextos dos rituais, sendo tomado como uma mercadoria atribuída de outro valor que não o religioso. Peres e Silva 2014, p. 88) apontam que surgiram, assim, novos padrões de uso, os quais implicaram na exacerbação de complicações físicas, psicológicas, sociais decorrentes da utilização de dosagens superiores à capacidade metabólica humana”. Tal atitude corroborou para um novo padrão que é desprovido de representação simbólica e implica o modo de viver na sociedade atual que busca eliminar a dor e o sofrimento (PERES; SILVA, 2014).

Diante disso, os prejuízos relacionados ao uso de substâncias passaram a preocupar a produtividade no mercado de consumo, trazendo enormes prejuízos ao capitalismo. Isso implicou no estabelecimento de uma política de “guerra às drogas”, de embasamento norte-americano e que influenciou fortemente as decisões políticas nesse âmbito nos países da América Latina, entre eles Brasil (CARNEIRO, 2018; PETUCO, 2019; SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015). Este passou a pautar suas políticas públicas apenas no âmbito da segurança pública, desenvolvendo uma perspectiva de criminalização.

Contudo, até chegar no que hoje se sabe sobre drogas, muitos impasses ocorreram em diferentes grupos. Em algumas culturas, o uso ritualístico prevaleceu, bem como se vê até hoje em muitas religiões. A própria visão do homem sofreu impacto do uso de substâncias psicoativas, assim como a forma como este passou a lidar com as transformações sociais, políticas e científicas. Dessa forma, o tabu em torno das drogas não foi algo *a priori*, mas sim *a posteriori* de cenários políticos vigentes.

### **3.2 Drogas e o proibicionismo**

Henrique Carneiro, professor de filosofia da Universidade de São Paulo e especialista em história da alimentação, traz em seu livro “Drogas: a história do proibicionismo” como os aspectos históricos foram cruciais para se entender o consumo de substâncias na atualidade. Assim como os alimentos, as drogas também são carregadas de um valor para além do da satisfação de necessidades básicas, como a socialização. Esse autor afirma, a partir dessa constatação, que alimentos e drogas são mercadorias e com isso correspondem a valores simbólicos (CARNEIRO, 2018).

Assim, o proibicionismo é parte da história da relação da humanidade com as drogas, estando longe de atrelar-se inocentemente a qualquer ideal de bem-estar social. Sobre isso, Carneiro (2018, p. 19) destaca que “a história das drogas é, assim, antes de tudo, a história de suas regulações, da construção de seus regimes de circulação de e das consequentes representações culturais e políticas de repressão, incitação e tolerância”.

Dessa forma, o objetivo era combater o uso de drogas com medidas de alta exigência, delegando os usuários ao campo da segregação e da punição. Observa-se também que esse posicionamento ultrapassa o discurso da justiça e engloba o discurso médico como recurso para enquadrar os sujeitos como desviantes. Como exemplo, tem-se a legislação brasileira na década de 1930, que previa a internação de pessoas sob efeito de drogas em hospitais psiquiátricos (CARNEIRO, 2018; MACHADO; BOARINI, 2013). Diante disso, constata-se que a questão de suporte à saúde para esse público foi negligenciada, por muitos anos, no contexto das políticas sociais, tendo ganhado espaço apenas nas últimas décadas em virtude do reconhecimento, pelo Ministério da Saúde, desta questão das drogas como um problema de saúde pública.

Essa política proibicionista de combate às drogas fracassou e à população abrangida por ela fora atribuída um perfil de dependente químico numa perspectiva determinista, patológica e biológica dos “criminosos” (BATISTA, 2015). Assim, a questão da privação de liberdade está muito mais próxima do que imaginamos da luta antimanicomial e do uso de substâncias. Historicamente, esses pontos têm enlaces cruciais para se pensar a redução de danos e o âmbito das medidas socioeducativas de internação, já que a prisão e o manicômio foram dispositivos essenciais para normalização e controle de condutas na modernidade (BATISTA, 2015; CARNEIRO 2018).

### **3.3 Adolescência e o uso de substâncias**

A juventude brasileira não está alheia a essa constatação histórica, pois as formas de lidar com a adolescência configuram-se como problemáticas nas instâncias responsáveis do poder público. O Código de Menores (Decreto nº 19.943/1927) estabeleceu a institucionalização de crianças e adolescentes em condição de abandono e delinquência, criando uma proposta de segregação que corroborava para se imaginar uma parcela da população como “perigosa” (BONALUME; JACINTO, 2019).

Esta proposta que se fortaleceu na década de 1970, com espaços que privavam adolescentes de direitos e os instituíam maus tratos. Apenas com a redemocratização é que foram criados dispositivos que buscaram garantir direitos fundamentais à criança e ao

adolescente por meio da “doutrina de proteção integral” em detrimento da “doutrina da situação irregular do menor” com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990) (GUERRA; MOREIRA, 2015).

No entanto, costuma-se associar o uso de substâncias pelos jovens como intrínseco ao seu comportamento transgressor, à necessidade de reconhecimento em grupo e à autoafirmação ou modismo. Porém, estes não são fatores determinantes, pois ao lidar com o sujeito, lida-se com todas as suas complexidades. A adolescência se trata de um processo de separação daquilo que lhe era muito caro na infância, onde o jovem é convidado a despir-se de seus conceitos sobre as coisas, sobre o mundo e sobre os pais.

A separação em questão não do Outro agora incorporado, mas dos pais imaginarizados e idealizados, e só poderá acontecer se a incorporação dos pais – como diria Freud a propósito do período que chamou de latência – tiver obtido êxito. Quanto mais sólida tal incorporação, maior terá sido a herança dos pais que servirá como recurso para o sujeito adolescente agir conforme suas próprias decisões (ALBERTI, 2010).

Para Silva, Rodrigues e Gomes (2015), essas percepções estigmatizantes da adolescência naturalizam e patologizam sem levar em consideração as “contradições sociais”, as “marcas” e significações construídas nas relações intersubjetivas. As autoras realizaram uma pesquisa de campo com 80 alunos em uma escola pública do estado de São Paulo, constatando, através do tema “Vantagens e desvantagens de ser adolescente”, uma “falta de confiança nos adultos” por parte dos sujeitos da pesquisa em suas falas como desvantagem, assim como generalizações e estereótipos relacionados a seus comportamentos e suas escolhas. No que tange ao tema “Drogas”, notou-se dificuldade em estimular a discussão a respeito por certo desconforto do público, que em suas colocações surgiram discursos negativos e depreciativos. Constatou-se uma postura de impotência diante do problema e a presença do conflito relativo ao uso de drogas como sendo “bom *versus* ruim” (SILVA; RODRIGUES; GOMES, 2015).

### **3.4 Droga e crime: consumo de substâncias psicoativas no sistema socioeducativo brasileiro**

Schneider *et al.* (2016), num estudo com 48 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação, evidenciaram que 97,9% deles usavam algum tipo de substância. Os autores relataram como principais substâncias o tabaco, álcool, maconha e crack, sendo que, na maioria dos casos, o adolescente possuía uso frequente de mais de um tipo (SCHENEIDER *et al.*, 2016). Na discussão, as autoras supracitadas trouxeram dados

relevantes que apontam também para a pouca produção qualitativa referente ao uso de drogas por adolescentes em medidas de internação, tendo sido priorizado na maior parte das vezes a relação causa e efeito com o ato infracional.

Nesse sentido, trazendo para um âmbito mais regional, o regimento interno dos Centros Socioeducativos no Ceará prevê como transgressão disciplinar grave o uso de substâncias dentro do centro ou a entrada do jovem neste sob efeito. Isso gera discussões acerca de como seria possível trabalhar com Redução de Danos nesses espaços de forte proibição, que preveem um ideal de não uso.

Segundo o 4º Relatório de monitoramento do Sistema socioeducativo do Ceará (2017), existe uma ausência de políticas preventivas e de redução de danos, além da carência de articulação interinstitucional no atendimento socioeducativo do Estado. Nessa vertente, compreende-se que não se trata do uso da substância em si, mas o motivo deste uso e como os sujeitos se relacionam com estas.

A medida socioeducativa deve priorizar a educação ao invés da punição (RESENDE, 2010). Trabalhar sob essa perspectiva aponta para a necessidade de escuta desses sujeitos, pondoos “a falar, para que, ao fazê-lo, possa retomar as indicações de seu desejo. Desejo que por ser absolutamente singular, só pode ser dito pelo próprio sujeito, ainda que não todo dito” (BASTOS; FERREIRA, 2012, p. 41).

Levando em consideração o contexto teórico mencionado, é possível pôr em prática a proposta desse projeto que busca cumprir com o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Estes dois dispositivos garantem o cuidado em saúde aos adolescentes e estão em consonância com o Sistema Único de Saúde (SUS), que instituiu a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (BRASIL, 2005). Através dessas políticas, é possível ampliar o cuidado e fortalecer a intersetorialidade no território.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 Desenho de estudo**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que tem como método a “pesquisa ação”. Nela, é priorizada a vivência do pesquisador no ambiente em que ocorrerão as atividades, bem como o acesso a percepção dos atores envolvidos no processo (TRIPP, 2005) a respeito dos temas “Redução de danos”, “Uso de drogas da adolescência” e “Medidas socioeducativas de



internação”. Com isso, a pesquisa visou a “compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados” (GODOY, 1995, p. 62).

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa-ação socialmente crítica contribuirá para o planejamento, execução e avaliação dos dados. Para Tripp (2005), essa metodologia de investigação e análise corrobora para melhorias às pessoas, no caso os sujeitos atuantes, abrindo precedentes para que estes questionem suas realidades vivenciadas e que implicam nas relações com os demais sujeitos atuantes no sistema.

#### **4.2 Metodologia proposta: Campo de intervenção**

A intervenção foi realizada no Centro Socioeducativo de Sobral, localizado na cidade de Sobral, Ceará. Essa instituição faz parte das políticas públicas cearenses através da Lei nº 16.040/2016, que caracteriza a Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS).

Esta tem como responsabilidade a execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade. Desse modo, o campo irá compreender a instituição que cuida das internações de adolescentes até 17 anos, bem como deter-se-á a uma abordagem dos socioeducadores. Atualmente, o organograma da instituição é composto pelo diretor, gerente, coordenador de segurança, coordenador técnico, coordenador administrativo, equipe técnica (enfermeiro, assistente social, psicóloga e pedagogo) e socioeducadores, sendo estes últimos o grupo objeto deste trabalho. No geral, a unidade é composta por 63 socioeducadores, sendo 59 do sexo masculino e 4 do sexo feminino.

Nesse contexto, a escala de trabalho organiza-se em 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso, sendo o quantitativo de profissionais dividido em quatro plantões (dois diurnos e dois noturnos). Os profissionais estão constantemente próximos aos socioeducandos durante rondas diurnas e noturnas, garantindo a segurança de todos através de inspeção no ambiente ocupado e também disponibilizando vestimentas, materiais de higiene, roupas de banho e de cama desde a chegada do socioeducando na unidade. O acompanhamento também acontece durante as visitas recebidas, verificando tudo que for levado para as dependências da instituição, como alimentos, bebida, entre outros. Caso existam ocorrências fora do regimento institucional, o superior é imediatamente reportado.

O socioeducador, segundo a lei que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), é o profissional que acompanha o adolescente em conflito com a lei durante todo o cumprimento da medida socioeducativa. Dessa forma, é responsável por

recepcioná-los, atender necessidades de higiene, repouso e alimentação, além de cuidar da segurança e do bem-estar destes. O compete também acompanhá-los em todas as atividades realizadas pelo adolescente, sejam elas da vida diária ou atividades recreativas, esportivas, culturais, artesanais e artísticas. Além disso, auxiliam nas atividades pedagógicas, bem como o acompanhamento nos atendimentos técnicos (enfermagem, psicologia, pedagogia e assistência social).

Durante a execução das atividades, os socioeducadores interagem constantemente com os adolescentes, os orientam quanto as normas de conduta de acordo com as regras vigentes da instituição e dialogam sobre os mais diversos assuntos da vida dos mesmos. Esse acompanhamento também ocorre em eventuais deslocamentos para fora da unidade, garantindo o cuidado e a segurança do adolescente. A partir disso, é possível identificar as demandas diversas, condições físicas e de saúde, providenciando os atendimentos necessários. Com isso, fica também como atribuição desse profissional o cuidado após esses atendimentos, assegurando o seguimento das orientações repassadas.

O socioeducador contribui também com informações para a elaboração dos relatórios técnicos de cada adolescente atendido, bem como a colaboração na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA), que ocorre durante toda a permanência do socioeducando e após sua saída da unidade, contemplando todo o percurso do de atendimento e garantindo a reinserção social adequada.

### **4.3 Participantes**

O curso contou com a participação de 17 socioeducadores, que escolheram participar a partir de seu interesse nas temáticas apresentadas. Estiveram como cursistas seis mulheres e 11 homens. Todos atenderam ao critério de estar atuando no cumprimento de medida socioeducativa de internação. As idades variam de 20 a 50 anos. A maioria possui nível superior completo, apesar do trabalho exigir apenas nível médio completo.

### **4.4 Instrumentos de levantamento de informação**

A coleta de dados foi realizada durante as aulas do curso intitulado “Uso de substâncias psicoativas: uma abordagem psicossocial”. As temáticas do curso basearam-se em cinco eixos de discussão: (i) “Drogas: são o que e para que?”; (ii) “Drogas e seus aspectos socioculturais na atualidade”; (iii) “Substâncias psicoativas: categorias e efeitos orgânicos”; (iv) “Drogas, adolescência e ato infracional”; e (v) “Acolhimento e vínculo”.

O diálogo foi norteado por temas para discussão com foco nas tarefas por meio da metodologia das aulas, como apresentação de textos, filmes, vídeos e dinâmicas. A partir daí, pôde-se observar os elementos atrelados ao problema para assim propiciar uma otimização das práticas (PICHÓN-RIVIÈRE, 2005). Os encontros foram registrados em áudio, de acordo com os princípios éticos da pesquisa.

O planejamento foi realizado de acordo com o contato experienciado por mim, autora do trabalho, enquanto psicóloga do CAPS AD em 2019, pelo modo com os quais os socioeducadores interagem nas dinâmicas grupais, muitas vezes mantendo uma postura fechada, não se envolvendo, contribuindo para o viés do papel de segurança contrário a socioeducação. Também foi realizada uma escuta inicial a partir da apresentação da proposta do curso formativo discutindo eixos como “trabalho”, “uso de drogas na adolescência” e “redução de danos”.

O curso foi pensado de acordo com a rotina da instituição, já que se trata de uma rotina organizada e estruturada para o acompanhamento dos adolescentes. Foram pensadas temáticas expositivas, mas com potencial dialógico para as discussões. Esse modelo foi priorizado de acordo com certa resistência que se pudesse encontrar em torno da “redução de danos” e “direitos humanos”. Como se pode observar, foram pontos delicados na fala dos socioeducadores, que veem a redução de danos como incentivo ao uso de drogas e direitos humanos como contrários a seus interesses enquanto classe.

As aulas ocorreram aos domingos, durante o período da manhã, com quatro horas de duração. A escolha pelos domingos foi realizada por ser um dia com menos atividades em que os adolescentes estivessem envolvidos, portanto, estes ficavam reclusos as suas “casas”. Essa nomenclatura é dada para cada bloco construído no espaço do Centro Socioeducativo que correspondem a morada do adolescente de acordo com sua “progressão”, ou seja a possibilidade de ficarem mais ou menos livres dentro do espaço aberto de cada bloco.

Os blocos também se dividem de acordo com a atividade disponível para os socioeducandos, como, por exemplo, o bloco da escola que é composto por salas de aula, e o bloco da informática, onde compreendem as salas com recursos tecnológicos. Nesse último bloco foi ministrado o curso. Os recursos audiovisuais utilizados foram levados pela pesquisadora, não tendo sido disponibilizados pela instituição devido a atividade ser realizada no fim de semana e a equipe administrativa não estar trabalhando.

As aulas iniciavam às 7h30min e finalizavam às 11h30min, com intervalo de 15 minutos. Optou-se por dividir as turmas, pois os turnos de trabalho consistem em 12/36h. Sendo assim, a cada domingo uma turma diferente participava do curso, sempre de acordo com

seu turno de trabalho. Cada turma teve quatro encontros, totalizando oito encontros no total. O curso iniciou-se em agosto de 2022 e foi finalizado em outubro de 2022, respeitando o feriado correspondente ao dia das eleições.

A dinâmica dividiu-se basicamente em um conteúdo expositivo com discussões sobre as temáticas e filmes e vídeos abordando temas que contrapõem drogas e criminalização. O conteúdo programático está disposto no quadro 1.

Aos socioeducadores foi apresentada a proposta e realizada uma escuta inicial sobre as demandas, para só depois ser realizado o convite. As inscrições foram realizadas via Google Formulários, contendo alguns dados para preenchimento como: e-mail, número de contato de *Whatsapp*, idade, escolaridade, área de formação, período de atuação na função de socioeducador. O cadastro subsidiou a criação do grupo de *Whatsapp* para repassar informações durante o decorrer do curso. O curso foi previamente cadastrado na plataforma da Universidade Federal do Ceará, na qual será emitido certificado para os cursistas na modalidade “Curso de extensão”.

Quadro 1. Conteúdo programático do curso “*Uso de substâncias Psicoativas: uma abordagem psicossocial*”

Encontro	Assunto	Plataforma
1ª	<p>DROGAS: São o que e para que?</p> <p><b>Parte 1 - EXPOSITIVA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso histórico e cultural de substância ao longo do tempo</li> <li>- Saúde mental e promoção a saúde</li> </ul> <p><b>Parte 2 – Atividade de dispersão</b></p> <p>Leitura em grupos e roda de conversa</p> <p><i>Textos de apoio</i></p> <p>GOMES-MEDEIROS, D. <i>et al.</i> Política de drogas e Saúde Coletiva: diálogos necessário. <b>Caderno de Saúde Pública</b>, v. 31, n. 7, 2019.</p> <p>PORTAL DA SAÚDE. Saúde mental, atenção primária, promoção da saúde. Disponível em: <a href="http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/smlancetti.pdf">portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/smlancetti.pdf</a></p>	Presencial
2ª	<p>Drogas e seus aspectos socioculturais na atualidade</p> <p><b>Parte 1</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Filme: Meu nome não é Johnny</li> <li>- Reflexão e discussão sobre o filme (roda de conversa)</li> </ul> <p><b>Parte 2</b></p> <p><i>Texto de apoio</i></p> <p>Leitura em grupos e discussão</p> <p>TOROSSIAN, Sandra Djambolakdjian. Paixões e Químicas. <i>Jornal Virtual Sul21</i>, publicado em 24 de abril de 2012. Disponível em: <a href="http://www.sul21.com.br/jornal/2012/04/paixoes-e-quimicas/">http://www.sul21.com.br/jornal/2012/04/paixoes-e-quimicas/</a></p>	Presencial
3ª	<p>Substâncias psicoativas: categorias e efeitos orgânicos</p> <p><b>Parte 1</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Dinâmica dos prazeres</li> </ul> <p>Cada um terá que listar “Atividades que vocês gostam de fazer”, depois falar sobre consequências POSITIVAS e NEGATIVAS.</p> <p>Vídeo: Crack? Crack?</p> <p><a href="https://www.youtube.com/watch?v=ttZRjoCIJPg">https://www.youtube.com/watch?v=ttZRjoCIJPg</a></p> <p><b>Parte 2 – EXPOSITIVA</b></p>	Presencial

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tipos de substâncias e seus efeitos</li> <li>- O conceito de drogas para Organização Mundial da Saúde (OMS);</li> <li>- Categorização das substâncias quanto a legalidade: Lícitas e ilícitas;</li> <li>- Categorização quanto ação no sistema nervoso central: Depressoras, estimulantes e perturbadoras;</li> <li>- Classificação farmacológica das substâncias: Ansiolíticos, antidepressivos, antiepilépticos, neurolépticos, estimulantes do SNC e alucinógenos.</li> <li>• Dependência, tolerância e síndrome de abstinência.</li> </ul>	
4 <sup>a</sup>	<p>Drogas, adolescência e ato infracional</p> <p>Filme: “Capitães da areia”</p> <p>Discussão sobre o filme (roda de conversa)</p> <p>Texto:</p> <p>Adolescentes, infração e drogas: cartografando tessituras de redes sociotécnicas. Autoras: Cristiane Dameda e Irme Salette Bonamigo</p>	Presencial
5 <sup>a</sup>	<p>Acolhimento e vínculo</p> <p>Círculo de diálogos e construção de paz.</p> <p>Essa metodologia segue um roteiro específico com Cerimônia de abertura, Checkin, pergunta de centro e checkout e cerimônia de encerramento.</p> <p>Cerimônia de abertura: Texto – Escutatória (Rubem Alves)</p> <p>Checkin</p> <p>Pergunta de centro:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Conte uma situação em que se sentiu acolhido;</li> <li>- Conte uma situação de um vínculo significativo construído por você e um adolescente que você atende/atendeu.</li> </ul> <p>Checkout</p> <p>Cerimônia de encerramento</p>	Presencial

Fonte: a autora

A avaliação ocorreu durante o processo, bem como o registro das falas e análises através do Iramuteq. A partir disso, chegou-se aos resultados, onde confirmaram-se expectativas quanto as ideias precipitadas sobre redução de danos, concepções morais e proibicionista sobre o uso de drogas, além de potentes discussões sobre questões políticas e sociais no âmbito macro que os fizeram pensar que a questão das drogas não é nada simplista.

#### 4.5 Critérios de inclusão

Foram considerados profissionais do Centro Socioeducativo de Sobral, que atuam como socioeducadores e aceitem a participar livremente do curso formativo.

#### 4.6 Critérios de exclusão

Não participaram da coleta de dados profissionais de fora do Centro Socioeducativo de Sobral e socioeducadores que não estavam trabalhando em regime de plantão nos dias que aconteceram as aulas ou que não desejaram participar.

#### **4.7 Procedimentos de coleta de dados**

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (parecer nº 5.642.482), foram realizadas cinco aulas com registros em áudio. Participaram destas 17 socioeducadores, sendo seis mulheres e 11 homens. Cada aula abordou uma temática que foi dialogada com os cursistas. As aulas foram gravadas a fim de realizar transcrição do áudio, possibilitando análises mais detalhadas.

#### **4.8 Desfecho**

Os socioeducadores possuem relativo conhecimento sobre o uso de substâncias, mas uma visão negativa da redução de danos e pouco entendimento sobre o assunto.

#### **4.9 Análise dos dados**

As análises dos dados coletados durante as aulas do curso foram realizadas a partir da condução de forma dialogada de acordo com os temas de cada encontro. Foram registradas as falas dos cursistas durante as discussões, utilizando-se o programa *Interface de R pour les Analyses Multimensionnelles de Textes et de Questionnaires* (IRAMUTEQ). Trata-se um *software* gratuito, desenvolvido pelo pesquisador francês Pierre Ratinaud (CAMARGO; JUSTO, 2013), que busca apreender a estrutura e a organização do discurso, sendo capaz de informar as relações entre os mundos lexicais que são mais frequentemente enunciados pelos participantes da pesquisa.

Dessa forma, foram realizadas análises lexicográficas clássicas para verificação de estatística de quantidade de evocações, formas e segmentos de texto (ST), que são compreendidos como fragmentos de texto feitos pelo próprio *software*, a fim de organizá-los em categorias de conteúdo. Em seguida, foi realizada a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), para o reconhecimento do dendrograma e estrutura das classes de conteúdo emergentes dos dados coletados, onde quanto maior o  $\chi^2$ , mais associada está a palavra com a classe, e desconsiderando as palavras com  $\chi^2 < 3,80$  ( $p < 0,05$ ). A CHD permite uma compreensão geral das temáticas emergentes dos grupos focais e, para melhor explorar os dados, esse

mapeamento do conteúdo gerado pelo programa, é realizada uma Análise de Conteúdo de Bardin (1977), nomeando as classes sugeridas pelo IRAMUTEQ.

#### **4.10 Aspectos éticos**

A coleta de dados desse projeto somente ocorreu após a aprovação do comitê de ética (parecer nº 5.642.482), onde foram respeitados todos os aspectos encontrados nas Resoluções nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde, com o devido consentimento livre e esclarecido do participante.

## **5 RESULTADOS**

### **5.1 Classificação Hierárquica Descendente**

Para analisar os conteúdos emergidos das discussões nas aulas, foi realizada a análise CHD. A análise considerou três textos provenientes dos grupos, separados em 361 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 316 STs (87,53%). Emergiram 12.606 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.935 palavras distintas e 1.009 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes (figura 1):

- a) **Classe 1:** O papel do socioeducador no acompanhamento dos adolescentes e os obstáculos da ressocialização, com 1064 ST (33,54%);
- b) **Classe 2:** O contexto de uso de substâncias na adolescência, ineficiência das políticas públicas e necessidade de reordenação do sistema socioeducativo, com 102 ST (32,28%);
- c) **Classe 3:** Os desafios e ausência de reconhecimento no trabalho do socioeducador que atua com adolescentes em conflito com a lei, com 51 ST (16,14%);
- d) **Classe 4:** Perspectivas sobre as influências do uso de substâncias, redução de danos e capacitação profissional, com 57 ST (18,04%).

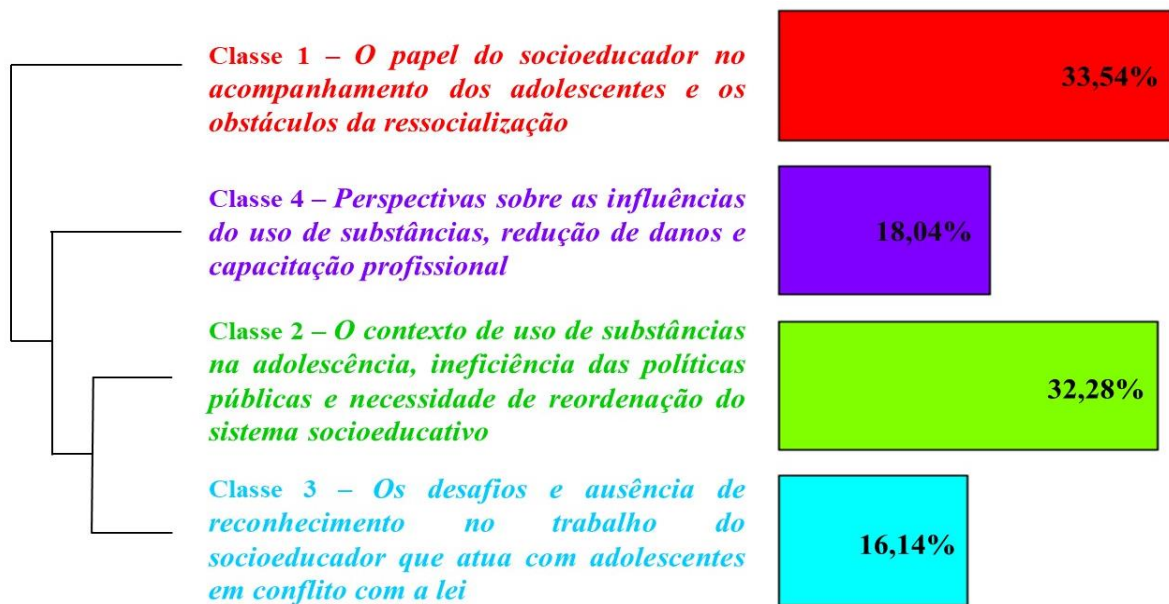
#### ***Classe 1 – O papel do socioeducador no acompanhamento dos adolescentes e os obstáculos da ressocialização***

A classe 1 retrata o papel do socioeducador na escuta e assistência aos jovens infratores dentre dos centros socioeducativos e a dificuldade de acompanhamento governamental e ressocialização destes ao voltarem ao convívio social. Os participantes expõem a realização de

um trabalho de escuta e acolhimento dos jovens nos centros, buscando a ressocialização, mas relatam as dificuldades que os jovens encontram fora do sistema. Associam o uso de drogas ao meio em que os jovens estão inseridos, com a influência da família e dos amigos que já fazem uso e, portanto, têm acesso à droga. Também explicam a entrada dos adolescentes nas facções e o cometimento de crimes violentos por conta, muitas vezes, do vício em drogas.

Os socioeducadores expõem a fragilidade do sistema na ressocialização dos jovens, trazendo nas suas falas os obstáculos que estes encontram para sair desse meio ao não ter acesso a novos lugares e oportunidades de recomeçar. Revelam, ainda, que os adolescentes sofrem ameaças ao sair dos centros, preferindo permanecer na mesma vida.

Figura 1. Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: a autora.

Finalmente, criticam a ausência de acompanhamento dos jovens fora dos centros socioeducativos, na oferta de capacitações, cursos e trabalhos para ressocializar, assim como ressaltam o trabalho dos agentes socioeducativos na assistência a esse adolescente e a necessidade de efetivação de políticas públicas fora dos centros.

Abaixo, expõem-se algumas declarações dos socioeducadores da pesquisa:

*“Eles confiam muito na gente, a maioria confia, de contar o que que fez e tudo, a vida deles lá fora. A gente fica os conhecendo bastante daqui e, assim, o nosso trabalho é procurar uma ressocialização. Mas, assim, o apoio, a gente tem algumas pessoas que apoiam, mas é difícil a ressocialização aqui dentro. A gente faz o nosso trabalho, mas*



*quando eles saem é diferente, a vida lá fora é diferente da aqui dentro” (Socioeducador 1).*

*“Aí eu disse assim “Tu é tão inteligente, por que que tu não usa essa tua inteligência para o bem, para fazer coisas boas?” [...] “É muito difícil. Porque quando a gente chega lá fora, a gente não consegue. Tem coisas lá esperando, a gente que a gente está em débito, a gente às vezes fica em débito, por quê? Porque eles estão aqui dentro, às vezes tem gente lá sustentando a família deles enquanto eles saem daqui, para eles irem pagar o que eles estão devendo. Aí é essa a realidade do sistema” (Socioeducador 2).*

*“É produto do meio que vive e eu observo que muitos deles começaram a usar, porque ele viu gente próximo dele. [...] Tem menino que me confidenciou que o pai e a mãe o usavam. E ele chegava em casa e via o pai aí começaram a usar dentro de casa. Aí tem uma particularidade que teve um que já me confidenciou, que o pai avançava, mas não o deixava usar, lá fora ele pediu um amigo para ter a curiosidade de usar e começar a usar” (Socioeducador 3).*

*“Ele consegue, por conta própria, comprar, aí já temos que experimentar e gostar, e para manter o vício ele começa a roubar e matar. [...] “Quando eu comecei a fazer foi por causa do vício. Eu gostei e aí minha mãe não tinha condição, o meu pai, comecei a faltar para usar”. [...] Infelizmente, eles sempre dizem se é verdade ou se dizem assim “O cara reagiu, aí eu matei ele. Mas eu queria só o dinheiro para mim usar a droga. Só que na hora o cara reagiu a matei aí.” Teve um que já confidenciou isso, que ele matou para subtrair o dinheiro da vítima para usar a droga.” (Socioeducador 4).*

*“Quando eles saem daqui eles voltam para onde? No mesmo contexto de onde eles vieram. Aí fica difícil. Como é que eles vão multar se quando eles chegam lá está é a mesma coisa que estava esperando-os lá? Ele não tem como dizer, só se fosse o caso deles chegarem, eles saíram aqui, eles têm um local diferente para eles irem. Porque eles voltando para o mesmo lugar é o mesmo contexto, eles vão para o mesmo lugar. Com as mesmas companhias, com a mesma coisa que eles estavam antes, aí fica muito difícil para eles, né? Pode até eles quererem, mas não conseguem.” (Socioeducador 5).*

*“Então eles preferem voltar para lá para onde ele estava, porque lá ele se acha mais seguro, porque se eles saem daqui tem vários meninos que dizem “Ah, eu vou trabalhar, eu vou fazer.”, sai daqui cortando o cabelo divinamente bem, mas quando chega lá fora, ele tem medo de trabalhar, aí na sala não, vai ficar exposto. Porque geralmente eles têm inimigos, aí aquilo dali já é uma barreira para eles.” (Socioeducador 6).*

*“Deveria haver mais capacitação lá fora, tipo curso, oferecer primeiro emprego, porque hoje em dia se você coloca um adolescente de 15 anos para trabalhar, o Conselho Tutelar vai lá “não pode”, proíbe. Aí ele se vê sem dinheiro, ele quer um dinheiro fácil, aí o mundo do crime vai enchendo, para ele é um atrativo, um dinheiro*

*“fácil”, porque traz eles para dentro dos nossos aplicativos quando são presos, ou quando são mortos pelos inimigos. Então faltam políticas públicas.”* (Socioeducador 7).

*“Então esse é o maior problema, o adolescente ele sai daqui ele não tem um acompanhamento. Acompanhamento dentro do socioeducativo, onde nós fazemos um excelente trabalho, evitamos que a é a droga entre nas unidades, mas infelizmente o governo deixa desassistido. Quando ele sai do centro socioeducativo, ele volta para as facções. O pai e a mãe estão presos, muita das vezes, isso é muito complicado. Precisa de políticas públicas atuantes para mudar esse cenário.”* (Socioeducador 8).

### ***Classe 2 – O contexto de uso de substâncias na adolescência, ineficiência das políticas públicas e necessidade de reordenação do sistema socioeducativo***

Esta classe dispõe sobre as compreensões que os socioeducadores têm sobre o uso de drogas na adolescência, o insucesso das políticas públicas e desatualização do sistema. Os discursos relacionam o abuso de drogas à uma falha das instituições da família, escola e igreja, expondo, assim, um contato precoce e nocivo das crianças e jovens a esses entorpecentes no seio da comunidade. Destacam, além do meio, a decisão do adolescente pelo uso de drogas, e a necessidade na procura de assistência profissional para não voltar ao vício.

Reprovam em seus relatos a falha na repressão ao uso de drogas no tocante ao topo do tráfico, a dificuldade em relação a existência das facções, e a mentalidade dos adolescentes quanto à aspiração em se tornar dono da boca. Revelam a ausência de acompanhamento de psicólogos e assistentes sociais em relação ao consumo de drogas além de expor a ineficiência de políticas de ressocialização, destacando a reincidência nos delitos e volta ao sistema. Ainda nesse contexto, revelam não existir um processo de desintoxicação, levando os jovens à abstinência e, conseqüentemente, à marginalização e comportamentos violentos.

A classe também traz discursos contrários à legalização das drogas pela falta de conscientização da sociedade, assim como demonstra as falhas no sistema socioeducativo, com a desvalorização do profissional, a aglomeração nos centros educativos, a ineficiência do processo de ressocialização e, por fim, desatualização da legislação jurídica no tocante às crianças e adolescentes em conflito com a lei. Apesar desse cenário, mencionam em suas falas uma melhoria no consumo de drogas dentro dos centros, através de vistorias e procedimentos.

Abaixo, declarações dos participantes do estudo acerca da temática da classe 2:

*“Às vezes a família não tem estrutura e, conseqüentemente, ela se envolve com drogas. Na escola também hoje, o fato da educação escolar não trabalhar mais como trabalhava. Outra hora, por exemplo, quando eu era adolescente, tinha a questão de*

*moral e cívica, nós tínhamos respeito aos professores, aos diretores da escola, ao secretário. E também falta da igreja.” (Socioeducador 1).*

*“Quando se ataca nessa questão da repressão das drogas, evidentemente que alguns conceitos são deixados de lado, né? A questão é, como foi falado, da ética, da moral, do costume, mas quando se fala sobre as drogas, nós vemos que hoje a comunidade, os adolescentes, principalmente os adolescentes, pelas crianças tendo contato com esse mecanismo, essas drogas, não só nos colégios, como também nas famílias, dentro de casa, né? Está tendo um acesso muito rápido desse mecanismo para a comunidade, para a criança, para o adolescente, e quando se vê, está já lá bêbado, perdido nesse sentido.” (Socioeducador 4).*

*“Eles vêm com o histórico de usuários de droga há anos, torno a dizer, tem adolescente que começou, segundo eles, a fazer uso de droga com 8 anos, chegam totalmente intoxicados. E, de fato, o contexto em si onde ele mora, o histórico familiar e a vontade mesmo, porque eles têm toda faculdade mental. [...] “Eu gosto. Eu uso, eu vendo.” [...] Alguns que ainda dão brecha para conversar eu falo, eu já tive essas conversas com eles “Se você ver que você sozinho não consegue sair, procure ajuda.” Procura ajuda, por quê? Só ficar aqui no socioeducativo e na abstinência das drogas, mas quando sai daqui sai sedento pela droga. E vai continuar o ciclo.” (Socioeducador 3).*

*“Então eu acho que essa questão não só da repressão que está um fiasco, é zero, né? Não para imprimir o usuário em si, porque hoje já é tratado como como saúde pública, mas para reprimir lá, digamos, que lá na entrada, dos grandes empresários do tráfico. A questão dessa distribuição material é tão nociva, né?” (Socioeducador 2).*

*“Eu acredito que o ponto, o alicerce, o foco do governo das políticas públicas deveriam estar voltados para cá, para que realmente haja uma mudança, e a sociedade que você sentir, e particularmente diante dos fatos que a gente vê. [...] Eu trago aqui uma grande dificuldade: o fator externo das facções. Não é um problema que a gente cria dentro dos centros, mas que a gente tem que lidar aqui dentro do centro, que é o problema das facções, que é um problema externo.” (Socioeducador 8).*

*“O que acontece é que eles, esse adolescente, eles acabam se tornando mais violentos do que os adultos, não só pelo consumo excessivo do entorpecente, mas eles já nascem no mundo do crime com a ideia de ser dono da boca, ser do dono do pedaço e ostentar o que eles vêm, os chefes ostentando.” (Socioeducador 5).*

*“Eu acredito perfeitamente o adolescente como influência do meio. Eu vejo consideravelmente essa queda do consumo de remédios, inclusive. Mas o trabalho não é feito por psicólogos e assistentes sociais aqui dentro do centro, que é só feito um trabalho mais ou menos, rápido, balela. Mas para trabalhar com ele sobre a droga não tem. Só encaminhamento, não tem. Nunca vi uma ação importante. Eles*

*deveriam acompanhar o adolescente nisso e não fazem, não vejo.” (Socioeducador 6).*

*“A sociedade no que tange às políticas públicas, no que tange aos profissionais que estão acima do quadro de agentes socioeducativos, também contribui para que esses adolescentes não venham se ressocializar. Basta pegar aí o gráfico da violência, não só no estado do Ceará, mas no Brasil como um todo, a maioria dos atos infracionais cometidos são por adolescentes que não tiveram uma ressocialização, são, digamos, reincidente na licença socioeducativo, não passam por essa ressocialização porque não tem o mecanismo eficaz.” (Socioeducador 12).*

*“A gente pega esses adolescentes totalmente indisciplinados, adolescentes viciados, adolescentes que, segundo eles, começaram o uso da droga aos oito anos, aos dez anos, eles vêm para cá totalmente intoxicados. E para se ver, se avaliar quanto esse trabalho é desafiador, porque eles vêm para cá e a gente ainda pega as crises de abstinência deles, porque até onde eu sei não existe um trabalho de desintoxicação de fato [...] é a porta para marginalidade que combina aqui dentro.” (Socioeducador 10).*

*“Não é para liberar, ou seja, o ser humano ainda não tem uma certa consciência para lidar com determinadas situações. Então falta consciência. Ou seja, não é porque o adolescente ele tem 16 anos, que ele sabe dirigir um carro, que eu vou dar a chave pra ele. Tem que ver essa questão também. Alguns países foram legalizados e hoje percebeu que não foi a solução.” (Socioeducador 9).*

*“Então nós precisamos não só de políticas públicas, porque no contexto geral no papel existe, mas quando passa para a positividade não funciona. Porque o profissional que está no final da lança, ele não é valorizado, ele não é visto, ele não tem o amparo governamental, e aí é só amontoar dentro dos centros socioeducativos, eles acabam que ficando mais agressivos, porque já vem com a cultura de agressividade por parte da sociedade em si [...] nós vemos que esses menores dentro da sua tenra é infância, eles estão sendo arregimentados pelo tráfico, pelo crime organizado por conta dessa legislação que nós temos hoje que, digamos, é um pouco ultrapassada, inclusive que não consegue ressocializar o adolescente, consegue fazer com que eles fiquem mais violentos ainda.” (Socioeducador 11).*

*“Dentro do centro, a questão das drogas, que acompanhei desde o início, o uso era muito mais frequente. Você via fumaça saindo. Com a reformulação, a seleção pública foi melhorando. Dentro do centro já tivemos casos aqui. Eu vi muita queda dentro do centro, como foi falado, a gente vem tentando melhorar os procedimentos, vistorias, ficar atento ao que se está usando.” (Socioeducador 7)*

***Classe 3 – Os desafios e ausência de reconhecimento no trabalho do socioeducador que atua com adolescentes em conflito com a lei***

Nesta classe, são relatados a precarização e obstáculos no trabalho dos profissionais nos centros socioeducativos, assim como a ausência de reconhecimento destes por parte do Estado e da sociedade. Os socioeducadores revelam que, na prática, fazem um trabalho voltado para segurança e não educativo, com o objetivo de retirar os jovens que cometem ato infracional da sociedade e não ressocializar. Relatam a dificuldade em trabalhar com estes adolescentes que cometem diversos crimes de forma violenta, não havendo capacitação e acompanhamento dos profissionais que trabalham nessa área. Os profissionais, ainda, relevam que são responsabilizados por tudo que passa pela segurança e entra no centro socioeducativo, ficando também vulneráveis ao serem os responsáveis por retirarem a droga do jovem infrator.

Os discursos evidenciam os riscos da profissão do socioeducador, seja na possibilidade de ocorrência de rebeliões dentro do centro socioeducativo, seja nas ameaças que estes profissionais sofrem por parte das facções, não tendo o devido apoio do Estado na realização das denúncias. Considerando essa falta de reconhecimento, há relatos de exclusão dos socioeducadores dos processos de visitas e conversas realizadas nos centros pelo Ministério Público e recursos humanos, assim como de falta de autonomia nas decisões.

Ressaltam, por fim, a relevância de seus serviços dentro dos centros socioeducativos para a sociedade, demandando maior assistência, reconhecimento e políticas públicas.

*“A gente não pode fazer um trabalho porque assim o que a gente faz hoje é segurança. Você está entendendo? É segurança. Não é a educação não, é segurança. Dizem que é educação, mas tem um muro de seis metros, tem grade, tem algema, tem polícia, tem escolta, você está entendendo? Então não é educação, é retirar mesmo determinados indivíduos que não se adequaram à sociedade. E da sociedade, retirar mesmo de circulação.”* (Socioeducador 1).

*“Porque no meu ponto de vista o menor ele mata mais do que o maior. Isso aí tem só direito, não tem dever. A última formação foi há quatro anos. A gente não tem formação continuada. É isso que a turma precisa, entendeu? A gente vê em vários colegas, têm colegas que já fazem tratamento psicológico por conta da profissão. Uma profissão muito difícil, onde a gente não tem um acompanhamento, a formação continuada não existe.”* (Socioeducador 4).

*“Se entrar droga é toda culpa da segurança, por isso que o serviço é muito difícil. Esse sistema é difícil, por isso nós fazemos um papel, digamos que, papel sujo: tirar as drogas deles. É muito complicado por isso.”* (Socioeducador 6).

*“Na hora que precisa eles se juntam. Se for como aqui, graças a Deus não aconteceu rebelião. Mas quem trabalhou no antigo Zequinha Parente, antes das celas teve muita*

*rebelião. Lá eles se juntavam, porque eles queriam fugir. Eles na hora ficam tudo amigos, nem que lá fora eles sejam guerreando entre os outros, mas dentro eles se juntam.”* (Socioeducador2).

*“Nós fazemos serviço análogo, mas sim fazendo um serviço de segurança e custódia, né? São muitos complicados, onde eles são apadrinhados por facções aqui dentro do centro de saúde educativos [...] e a gente recebe ameaças direto, entendeu? Somos ameaçados. Às vezes o próprio órgão não quer reconhecer o nosso sistema, certo? Sistema muito difícil. Você às vezes quer levar um adolescente desse para fazer o boletim de ocorrência por ameaça, e o próprio órgão às vezes nega. A gente não tem o reconhecimento por parte do Estado.”* (Socioeducador5).

*“Falta reconhecimento de parte do governo e das políticas públicas, [...] porque quando o Ministério Público vem aqui, só houve nosso adolescente, não o socioeducador, nem os direitos humanos também. Haveriam, assim, uma possibilidade de eles ouvirem a gente também, que é o funcionário que trata desses adolescentes. Quando eles vêm eles vão para os adolescentes em salas fechadas, sem a gente participar, e depois vão embora como se a gente fosse somente poste aqui e ficar só parado só para cuidar adolescente. Ele não ouviu o lado do socioeducador, do funcionário humano, pai de família e mãe de família que trabalha aqui.”* (Socioeducador3).

*“A dificuldade já começa da direção e algumas autonomias que a gente já não tem [...] a falta de autonomia, de voz do socioeducador. Socioeducador às vezes fica refém de decisões monocráticas da direção ou da própria, e tudo que é dito por essas obras, essas determinadas pessoas monocráticas. Socioeducador só tem o direito de dizer amém e pronto.”* (Socioeducador10).

*“Realmente é muito importante ter esse olhar para o agente, socioeducador. A gente ser assistido, porque se fala muito no adolescente. O adolescente, ele tem muitos direitos, mas a gente também que está todos os dias aqui dentro, a gente realmente precisa de reconhecimento. Tanto pelo nosso, que nos assiste, quanto pela sociedade. Tem que nos dar o devido valor, que a gente, para mim, eu acho que para todos os nossos colegas, a gente entrega à sociedade um trabalho muito relevante.”* (Socioeducador8).

#### ***Classe 4 – Perspectivas sobre as influências do uso de substâncias, redução de danos e capacitação profissional***

A classe 4 representa os discursos dos participantes que ressaltam os aspectos que podem influenciar na questão do uso de drogas, assim como expõem suas perspectivas sobre legalização, redução de danos. Também abordam as capacitações oferecidas no serviço. Em um primeiro momento, os socioeducadores destacam o papel da família e da escola na educação das crianças e adolescentes na escolha de uma vida boa, longe das drogas, além de ressaltar o

poder da própria pessoa nessa escolha. Além do ambiente ao qual está inserido socialmente, os participantes também responsabilizam as mídias, músicas e redes sociais na apologia ao mundo das drogas na vida desses adolescentes.

Em relação à legalização do uso de drogas, expõem a necessidade de avaliar os lados a favor e contra, mas indicam que o desconhecimento sobre as consequências no vício em drogas que fazem as pessoas acharem normal o uso. Já na perspectiva de redução de danos, retratam tanto a problematização dessa política, com opiniões conflitantes sobre sua aplicação, quanto reconhecem sua importância na promoção de saúde aos usuários, embora indiquem realizar um trabalho sempre no desestímulo total ao uso de drogas e não à redução dos danos para quem já é usuário.

A ausência de capacitação foi denunciada nesta classe, revelando a não realização de formação continuada, um longo tempo entre os cursos ou formações gerais, sem foco sobre o uso de drogas e assuntos essenciais à realização do trabalho.

*“Por isso que tem que ser mudada a educação familiar, passando pela escola, mas a principal é a da família. Se você não meter na cabeça do seu filho que ele tem pela frente o caminho do bem ou do mal. Se você não o ensinar ali, no caminho do bem, ele vai acabar indo mal, que vai querer adquirir certos objetos através do mal. Mas sempre quem quer, do ponto de vista é esse, pode ser o mais pobre que for. Como a gente tem exemplos grandes aí, na nossa sociedade, e quem quer pode conseguir chegar lá.”* (Socioeducador 1).

*“Isso aí eu acredito que vai muito, assim, da família mesmo, do ambiente que o adolescente está inserido, certo? [...] O que a gente vê também é alguma das drogas, tanto por parte da mídia, de aplicativos, está entendendo? E isso vai prejudicar nessa questão. Músicas que fazem apologia ao uso de drogas, vídeos de influências digitais nas plataformas digitais usando drogas.”* (Socioeducador 9).

*“Ou seja, aí é que tá são as pesquisas que estão sendo feitas, então tem que avaliar dois pontos. Dogmatizar que um ponto é melhor do que o outro, eu não vou dizer que libera, nem dizer que não libere. Tem que ser avaliado, né? Tem que ser avaliado.”* (Socioeducador 5).

*“Mas só sabe quem tem um drogado na família que vende as coisas, que bate no pai ou na mãe, que estupra, às vezes por efeito. Nós temos um caso aqui em Sobral, de um rapaz que estava sob o efeito alucinógeno e matou a mãe, uma senhora aqui próxima da igreja, matou com várias facadas. Ou seja, só sabe que aqui na família, quem não tem vai continuar levantando a bandeira e dizendo que é massa, é bom, é normal.”* (Socioeducador 11).

*“Aí a palestra era qual era o tema? Sobre como usar droga adequadamente. Isso é uma, para mim, já é uma coisa errada. Porque tem que tirar deles a droga. Não*

*ensinar a usar droga, os três tipos de drogas. [...] Vamos tirar essa ideia de ensinar droga. Estava ensinando. [...] Aí, pelo amor de Deus, a minha cabeça está errada. E o certo é você tirar a droga deles, ele se tornar um cidadão, trabalhar e tudo. No meu ponto de vista não é certo, pode ser a redução de danos, poderia até ser o tema, eu não lembro mais. Sei lá, é complicado falar sobre droga. Não, é complicadíssimo.”* (Socioeducador7).

*“Em redução de danos, nessa abordagem para o uso de drogas, né? Com os adolescentes, a gente sabe que a gente não tem como eliminar isso tão facilmente, ou não existe esse conceito de eliminar as drogas. Mas existe uma perspectiva que a gente possa garantir para eles, certo? Cuidado em saúde, que é esse o trabalho do CAPS também, garantir saúde para eles e tornar o trabalho de torná-los mais aptos a lidar com esses temas.”* (Socioeducador3).

*“Mas gente que trabalha comunitário, trabalha na comunidade, a gente sempre aborda esse tema [...] sempre tentando reverter a situação, ou seja, sempre tentando pegar aqueles que são usuários, através de uma conscientização, através do encaminhamento para o CAPS, fazer com que eles venham deixar de ser usuários. A gente trabalha com casos de recuperação, a gente sempre trabalha nessa pauta de fazer, porque aquela pessoa que seja usuária deixe de ser. Sempre nesse viés.”* (Socioeducador10).

*“No começo, quando a gente entra, tem o curso de capacitação que a gente tem as palestras do funcionamento da unidade. Depois a gente fica com o tempo. Teve outro curso de formação, acho que eu estava com dois anos, mas a capacitação é assunto geral, mas não especificamente sobre uso de drogas, né? Redução de danos. Já ouvi o que eu já li.”* (Socioeducador2).

## 6 DISCUSSÃO

Em relação à classe de conteúdo 1, intitulada “*O papel do socioeducador no acompanhamento dos adolescentes e os obstáculos da ressocialização*”, percebe-se a complexidade com a qual emerge o discurso desse agente, pensando nas suas condições de produção. Um ponto fundamental para o entendimento do discurso do socioeducador parte do próprio papel segregador desempenhado pela instituição na qual atua., aspecto este reforçado por Lopes (2013, p. 12), que determina que tais entidades “são produtos do *modus operandi* da nossa sociedade, a qual, por sua vez, pauta-se por uma organização que, para considerar alguns inseridos, incluídos, parece dever forjar outros nos papéis de relegados, excluídos”.

A instituição, que devia ter papel essencialmente de educação, segundo os relatos dos próprios profissionais, faz com que se cumpra um papel complexo de segurança por parte dos agentes. Novamente, Lopes (2013) destaca que a educação nesse contexto teria relação com ensino dos limites, à instauração da sanção e restrição aos hábitos de comportamento e



entendimento dos adolescentes até então, pautados muitas vezes pelo “fazer o que se tem vontade”.

Para que haja uma mudança de concepção é importante a reflexão na missão principal das unidades socioeducativas. O SINASE, por exemplo, aponta a atuação nesse sentido, porém no contexto geral mostra-se frágil o conceito de socioeducação na nossa realidade quando atrelado a questão da segurança.

Portanto, nota-se que o socioeducador sozinho não conseguirá concluir a ressocialização, uma vez que, conforme frisa Santos (2019), existe a necessidade de uma extensão nas parcerias, principalmente com as escolas. Além disso, o autor traz que é inerente ao trabalho do socioeducador uma compreensão própria acerca da dimensão ética de sua função, que deve buscar enxergar o sujeito adolescente de forma complexa, com vulnerabilidades e com necessidades específicas buscando fortalecer o suporte a execução eficaz de seu trabalho.

Tendo em mente essa necessidade de compreensão ética do trabalho, Souza e Costa (2012) destacam que esses profissionais não acreditam na potencialidade da ressocialização, atribuindo a “uma família desestruturada”, ou que não segue o padrão, a causa da infração dos adolescentes. Essa percepção é compartilhada por um dos socioeducadores entrevistados, que comentou *”ser produto do meio que vive e eu observo que muitos deles começaram a usar, porque ele viu gente próximo dele. [...] Tem menino que me confidenciou que o pai e a mãe o usavam”*. A alteração da realidade passa pela mudança no olhar desse profissional.

Ainda na ressocialização, percebe-se a necessidade de uma outra alternativa substitutiva para as práticas análogas a delitos, como pontuou um socioeducador. Este destacou que *“deveria haver mais capacitação lá fora, tipo curso, oferecer primeiro emprego”*.

Em consonância com o fragmento, Peixoto e Oliveira (2020, p. 42) comentam que:

Nesse processo, usualmente chamado de ressocialização, busca-se restaurar direitos violados ou instaurar direitos nunca antes garantidos àquele adolescente, tais como o acesso a escolarização, ações de saúde, documentação básica, cursos profissionalizantes, atividades esportivas, etc.

No que tange à classe 2 da análise, nomeada *“O contexto de uso de substâncias na adolescência, ineficiência das políticas públicas e necessidade de reordenação do sistema socioeducativo”*, cabe fazer algumas reflexões. A partir do entendimento que o uso de substâncias psicoativas, especialmente na adolescência, está condicionado a múltiplos determinantes, é preciso fazer análise crítica do discurso dos socioeducadores.

Quando questionados, alguns relataram um parâmetro de julgamento que tem como base, por exemplo, “a moral e a cívica”, jogando a questão somente para o campo dos costumes.

Um socioeducador comentou que “*está tendo um acesso muito rápido desse mecanismo para a comunidade, para a criança, para o adolescente, e quando se vê, está já lá bêbado, perdido nesse sentido*”. Outro trouxe que “*porque até onde eu sei não existe um trabalho de desintoxicação de fato [...] é a porta para marginalidade que combina aqui dentro*” Dito isso, percebe-se uma associação também com a proibição e com a transgressão da lei.

Em revisão sistêmica empreendida por Jimenez, Andrade e Guimarães (2015) sobre o uso de substância em adolescentes, constatou-se uma relação entre o ato infracional e o uso de drogas e as relações familiares, sociais e/ou aos traços individuais de personalidade, contemplando, portanto, uma visão de ser humano e de saúde biopsicossocial.

Ainda no mesmo estudo, os autores perceberam que apenas um dos trabalhos encontrados aborda de forma unívoca a relação entre drogas e delinquência, existindo uma série de outros que correlacionam de algum modo ou problematizam em termos sociais essa relação. Tal aspecto termina corroborando para uma visão ampla de uma questão que deve ser abordada em toda sua complexidade.

As políticas públicas também foram mencionadas nessa classe. Desse modo, Jimenez, Andrade e Guimarães (2015) trazem que essa discussão deve considerá-las como constitutivas da dimensão psicossocial do debate. Apesar da timidez com que é abordada, é necessário refletir sobre a própria multidirecionalidade dos paradigmas sobre o assunto. Nesse sentido,

No âmbito da formulação de políticas públicas sobre drogas existem tensões em diversos setores. No setor da justiça e da segurança pública dois paradigmas, o do proibicionismo e o do antiproibicionismo, se encontram em disputa. Já no campo da saúde e assistência social, os paradigmas asilar, psicossocial e de Redução de danos (RD) sustentam as práticas em saúde mental/álcool e outras drogas (TEIXEIRA *et al.*, 2016, p. 1456).

Encontram-se tensões em diferentes esferas de atuação das políticas públicas, que ressoam nos diferentes discursos dos socioeducadores. Alguns, inclusive, sequer conheciam o termo redução de danos. Assim, ao abordar concepções tradicionais e apresentar novas percepções, o curso abriu margem para a problematização das próprias políticas públicas e seu discurso por vezes proibicionista e pouco eficiente.

Para o bom funcionamento e eficácia das políticas públicas é preciso revisão da situação e planejamento de um novo paradigma. Segundo as bases éticas da ação socioeducativa, o sistema que executa as medidas necessita de uma reordenação de seu conteúdo, método e gestão, o que passa pela reformulação das propostas e projetos pedagógicos em vigor (BRASIL, 2006). O redesenho macroestrutural das políticas públicas pode produzir benefícios na vida dos

jovens que se encontram internados, além de instrumentalizar os profissionais para o acompanhamento, bem como a qualificação de seu trabalho.

Além disso, é identificada uma falha estrutural, seja pela falta de investimento público, seja pela não consecução das leis que contemplam o acolhimento do adolescente em conflito com a lei. Para Jimenez, Adorno e Marques (2018), o não acesso a serviços de tratamento e atenção psicossocial produz uma série de prejuízos maiores que os já atrelados ao uso problemático de drogas. Corroborando para fragilização de políticas públicas por meio das instituições inexistentes.

Na classe 3, intitulada “*Os desafios e ausência de reconhecimento no trabalho do socioeducador que atua com adolescentes em conflito com a lei*”, pôde-se constatar a ambiguidade entre “proteção” e “punição” que acompanha a função do socioeducador enquanto profissional que faz valer os direitos do adolescente em conflito com a lei. Segundo Bonatto e Fonseca (2020), o próprio conceito de socioeducação possui contradições e dificuldades que corroboram para ações mais punitivas do que de fato educativas. Isso configura-se a partir de uma herança histórica do modelo da situação irregular que atravessa as práticas destes profissionais. Estes encontram desafios nas dimensões socioeducativas, tendo em vista a ambiguidade nas definições sobre essa política, bem como a ausência de equipamentos efetivos para a garantia dos direitos desses jovens (BONATTO; FONSECA, 2022).

Nos discursos, o reconhecimento está atrelado à necessidade de espaços de escuta e cuidado às demandas dos socioeducadores. Isso os faz perceber, de forma negativa, a própria política pública de proteção, pois estes atribuem a elas o poder dos adolescentes para fazer ameaças, bem como as omissões do Estado. Com isso, o trabalho acaba sendo prejudicado pela alta exigência inerente a atuação como citado por eles.

Para Greco *et al.* (2013), é necessário um planejamento e inclusão de estratégias de minimização do estresse como preventivo ao possível surgimento de transtornos relacionados ao trabalho, ou seja: as políticas devem estar voltadas também para o suporte emocional do socioeducador, sua capacitação para o trabalho nos diversos âmbitos e sua participação ativa no manejo com os adolescentes.

Na classe 4, denominada de “*Perspectivas sobre as influências do uso de substâncias, redução de danos e capacitação profissional*”, falou-se sobre a abordagem dessas temáticas com os adolescentes que chegam a unidade. A redução de danos tem sido uma estratégia preterida, inclusive por sua falta de conhecimento pelos profissionais. Um deles, inclusive, revelou nunca ter ouvido falar.

Constata-se assim uma ausência ou mesmo fragilidade de ações que estejam desvinculadas de uma visão proibicionista do uso de drogas, o que reverbera não ausência de práticas em saúde baseadas na autonomia do adolescente que faz uso de substâncias. Em pesquisa sobre o tema, Jimenez, Adorno e Marques (2018, p. 9) retratam a falta de uma compreensão ampliada de saúde, evidenciando que:

[...] os serviços de atenção básica à saúde – Estratégia Saúde da Família, Unidade Básica de Saúde e Núcleo de Apoio à Saúde da Família – foram reconhecidos pelos socioeducadores como voltados às ações de saúde orgânica, não sendo reconhecidos como equipamentos voltados para o cuidado e atenção aos adolescentes usuários de drogas.

Desconhece-se de fato a visão da integralidade de saúde, inclusive dos próprios profissionais como promotores de saúde dentro desses espaços. Isso faz com que os socioeducadores sintam-se incapazes de promover uma abordagem qualificada nesses aspectos e assim salientam a necessidade de capacitações para atuar de maneira integral.

Outros fatores dizem respeito à dificuldade em se efetivar capacitações específicas para os funcionários nas unidades de atendimento, em se estabelecer trabalhos multidisciplinares entre os técnicos e a se introjetar as bases que dão sustentação ao entendimento dos Direitos Humanos por parte do corpo social. (JIMENEZ; ADORNO; MARQUES, 2018). Em estudo com socioeducadores do Distrito Federal, Oliveira *et al.* (2018) evidenciou que 85% dos entrevistados não se sentiam preparados para atuar com tal público.

A sensação de falta de capacitação não é algo exclusivo dos socioeducadores consultados para este estudo. Isso faz com que seja preciso também pensar nessa modalidade de desenvolvimento como algo que vai além do puramente tecnicista e simples repasse de conhecimento. Na perspectiva de Oliveira *et al.* (2018), a capacitação desse grupo se configura como uma ação estratégica, porém desafiadora, especialmente no que concerne assuntos divergentes, como crenças, valores, moral, preconceitos e estigmas. Foi diante disso que se buscou abrir as aulas do curso como espaços de diálogo para que visões moralistas pudessem ser colocadas em reflexão na atuação desses profissionais e produzir algo diante da realidade apresentada.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A peculiaridade do sujeito adolescente associada aos entraves da questão das drogas no Brasil tornou esse tema pertinente no âmbito da saúde. Ao trazer essa perspectiva de saúde para espaços de privação de liberdade para adolescente em conflito com a lei disparou-se, para além

dos aspectos jurídicos, a garantia de direitos básicos. O socioeducador mostrou-se figura essencial não apenas por encarnar os moldes da socioeducação, mas por ser peça-chave para fazer valer os discursos preconizados pelos direitos humanos fundamentais. Foi caro ao Brasil em seu processo de redemocratização construir leis de proteção a crianças e adolescentes, bem como garantir o cuidado em saúde a toda a população, inclusive aos usuários de drogas.

Buscou-se assim trazer um diálogo amplo com os profissionais que atuam diretamente no processo de socioeducação. Desde o início, o sentido principal foi escutá-los em suas demandas mais básicas diante da complexidade do trabalho. Desse modo, os discursos dos mesmos nos trouxeram uma visão amplificada dentro do recorte da pesquisa, a qual pudemos complementar com o que já havia sido construído na literatura sobre o tema. Afinal, realidade que se impõe também faz parte de um complexo processo de construção.

A partir das classes de análise obtidas é possível acessar os resultados das discussões com as quais podemos constatar alguns contextos. Na classe 1, *“O papel do socioeducador no acompanhamento dos adolescentes e os obstáculos da ressocialização”*, no qual reconhece-se o papel segregador da instituição, além da atribuição errônea da função do socioeducador ao de garantir segurança o que diverge dos objetivos da socioeducação. Dessa forma estes profissionais não acreditam no potencial da ressocialização atribuindo unilateralmente esta função à família e ao ambiente ao qual estão inseridos.

Na classe 2, *“O contexto de uso de substâncias na adolescência, ineficiência das políticas públicas e necessidade de reordenação do sistema socioeducativo”*, nesse ponto levou-se em consideração a associação entre o uso de drogas, proibição e transgressão, não considerando o caráter multideterminante. Desse modo, aponta-se para necessidade de capacitação e fortalecimento de políticas públicas de atenção a saúde integral dos adolescentes que fazem uso de substâncias psicoativas.

Nesse sentido, a classe 3, *“Os desafios e ausência de reconhecimento no trabalho do socioeducador”*, aponta para a ambiguidade entre proteção e punição que coloca os socioeducadores numa perspectiva de disputa de poder com o sistema que busca garantir a proteção dos adolescentes e com os próprios adolescentes. Para eles essa garantia de direitos vem pautada na ausência de proteção e de benefícios a sua classe profissional. Assim, apontam fragilidades quanto ao cuidado em saúde no que tange essa função de trabalho.

Também como ponto de análise surgiu a classe 4, *“Perspectivas sobre as influências do uso de substâncias, redução de danos e capacitação profissional”*, no qual, de forma concreta, os profissionais não se enxergam de fato capacitados para atuar com os adolescentes no que tange a questão das drogas. Estes Apontam para desconhecimento sobre redução de danos, bem

como ausência de práticas efetivas em saúde dentro e fora da instituição, segundo eles não se sentem preparados para abordagem.

A partir desses pontos foi possível desenvolver um diálogo formativo que, além de promover a capacitação, propiciou a construção de um espaço de acolhimento de demandas de dificuldades inerentes ao trabalho. Essa possibilidade fortalece as possibilidades diante de uma necessidade formativa para além do repasse de conteúdos e protocolos, englobando também a construção de uma prática dialógica e crítica da realidade.

Contudo, foi sob ameaças de retrocesso que a proposta de um curso formativo para profissionais do sistema socioeducativo encontrou terreno fértil, não apenas para endossar uma visão sobre a política de redução de danos, mas para dialogar com diferentes visões sobre o uso de drogas, em especial na adolescência. Coube então contrapor o que se entende por adolescência, drogas e socioeducação. Diante disso, foi possível encontrar não só pontos de divergências, mas também gratas convergências, pois o campo do diálogo é fortemente político.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, M. G. C. **Drogas nas escolas**: versão resumida. Brasília: UNESCO, 2005.
- AGRA, C. **Entre droga e crime**: actores, espaços, trajectórias. 2. ed. Cruz Quebrada: Casa das Letras, 2008.
- ALBERTI, S. **O adolescente e o outro**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- BASTOS, A. D. A.; FERREIRA, A. P. **Psicanálise e toxicomania**: desafios na assistência pública. 22. ed. Curitiba: Juruá, 2012.

BATISTA, V. M. A juventude e a questão criminal no Brasil. In: MAGALHÃES, J. L. Q.; SALUM, M. J. G.; OLIVEIRA R. T (Eds). **Mitos e verdades sobre a justiça infanto-juvenil brasileira**: por que somos contrários a redução da maioridade penal? 1. ed. Brasília: CFP, 2015. p. 22-31.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGERON, H. **Sociologia da droga**. 1. ed. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2012.

BONALUME, B. C.; JACINTO, A. C. Encarceramento juvenil: o legado histórico de seletividade e criminalização da pobreza. **Revista Katálysis**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 160-170, 2019.

BONATTO, V. P.; FONSECA, D. C. Socioeducação: entre a sanção e a proteção. **Educação em Revista**, v. 36, p. 1-17, 2020.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1990. Seção 1. .,

BRASIL. Portaria 1.028, de 1º de julho de 2005. Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 01 jul. 2005.

BRASIL. **As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores..** Brasília:Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 jan. 2012.

BRASIL. Portaria nº 1.082, de 23 de maio de 2014. Redefine as diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei, em Regime de Internação e Internação Provisória (PNAISARI), incluindo-se o cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado; e estabelece novos critérios e fluxos para adesão e operacionalização da atenção integral à saúde de adolescentes em situação de privação de liberdade, em unidades de internação, de internação provisória e de semiliberdade. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 mai. 2014.

CEARÁ. **4º Relatório de monitoramento do Sistema Socioeducativo do Ceará: Meio fechado. Meio aberto e Sistema de Justiça Juvenil**. Fórum Permanente das ONGs de Defesa de Crianças e Adolescentes, 2017.

CEARÁ. Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo. **Edital nº 005/2021**. Fortaleza: SEAS, 2021.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013.

CARNEIRO, H. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

DAMEDA, C.; BONAMIGO, I. S. Adolescentes, infração e drogas: cartografando tessituras de redes sociotécnicas. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 70, n. 3, p. 5-20, 2018.

FRANCISCO, J. C.; MARTINS, M. F. Perspectivas da educação não escolar no trato com jovens infratores. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 283-297, 2017.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GRECO, P. B. T. *et al.* Estresse no trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativos do Rio Grande do Sul. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 94-103, 2013.

GUERRA, A. M. C.; MOREIRA, J. O. Instituições e Controle Social: do vivente ao sujeito, como ler novas histórias. *In*: MAGALHÃES, J. L. Q.; SALUM, M. J. G.; OLIVEIRA R. T. (Eds.) **Mitos e verdades sobre a justiça infanto-juvenil brasileira: por que somos contrários a redução da maioria penal?** 1. ed. Brasília: CFP, 2015. p. 120-143.

JIMENEZ, L. Você já está Manjado: a saúde de adolescentes em conflito com a lei. **Psicologia Política**, São Paulo, v. 14, n. 31, p. 535-549, 2014.

JIMENEZ, L.; ADORNO, R.; MARQUES, V. R. Drogas: Pra que te quero? Drogadição e Adolescência na Voz dos Socioeducadores. **Psicologia: teoria e pesquisa**, São Paulo, v. 34, p. 1-11, 2018

JIMENEZ, L.; ANDRADE, E. M.; BIANCHINI, L. G. B. Uso de drogas e ato infracional: Revisão integrativa de artigos brasileiros. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, v. 14, n. 2, p. 939-955, 2016.

LOPES, Mariana Dal Castel. **Significados atribuídos por agentes socioeducativo ao fenômeno da privação de liberdade feminina**. 2013. 131f. Dissertação (Programa de pós-graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria 2013.

MACHADO, L. V.; BOARINI, M. L. Políticas sobre drogas no Brasil: a estratégia da redução de danos. **Psicologia: ciência e profissão**, Maringá, v. 33, n. 3, p. 580-595, 2013.

MARTINS, M. C.; PILLON, S. C. A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 5, p. 1112-1120, 2008.



OLIVEIRA, L. V. *et al.* Muros (in)visíveis: reflexões sobre o itinerário dos usuários de drogas no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 1-19, 2019.

OLIVEIRA, T. M. *et al.* Autopercepção dos profissionais do sistema socioeducativo do Distrito Federal/Brasil a partir de um processo de formação sobre drogas e direitos humanos. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João Del Rei, v. 13, n. 4, p. 1-15, 2018.

PEIXOTO, Roberto Bassan; OLIVEIRA, Ana Roberta Gomes. **Integrando olhares e práticas no atendimento socioeducativo**. 1. ed. Porto Alegre: PLUS/Simplissimo, 2020.

PEREIRA, I.; MAURO JÚNIOR, M. A educação em direitos humanos dos socioeducadores de adolescentes em conflito com a lei. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 2, p. 1-12, 2017.

PERES, R. S.; SILVA, W. R. Políticas Públicas sobre Álcool e Outras Drogas no Brasil: Avanços, Retrocessos e Perspectivas. *In*: VILHENA, J.; WINOGRAD, M. **Psicanálise e Clínica Ampliada: Multiversos**. Curitiba: Appris, 2014. p. 87-110.

PERMÍNIO, H. B. *et al.* Política Nacional de Atenção Integral a Saúde de Adolescentes Privados de Liberdade: uma análise de sua implementação. **Ciência & Saúde Coletiva**, Brasília, v. 23, n. 9, p. 2859-2868, 2018.

PETUCO, D. R. S. **O pomo da discórdia?** Drogas, saúde e poder. Curitiba: CRV, 2019.

PICHÓN-RIVIÉRE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RESENDE, H. Vigiar, punir e educar: O “Sistema Educacional” da prisão. **Cadernos de História da Educação** v. 9, n.1, 2010.

RIBEIRO, D. S.; RIBEIRO, F. M. L.; DESLANDES, S. F. Saúde mental de adolescentes internados no sistema socioeducativo: relação entre as equipes das unidades e a rede de saúde mental. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/85mYftkPYQYQYf3t36WXXGt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 08 ago. 2022.

RIBEIRO, M. M. **Drogas e Redução de Danos: os direitos das pessoas que usam drogas**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SANTOS, Wagner Elias Pinheiro dos. **O papel da escolarização no processo de ressocialização dos alunos em medida socioeducativa**. 2019. 47f. Trabalho de Conclusão de Curso (Departamento de Serviço Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SCHENEIDER, J. A. *et al.* Adolescentes e usuários de drogas em conflito com a lei: revisão sistemática da literatura nacional. **Psicologia Argumento**, São Leopoldo, v. 34, p. 120-132, 2016.

SILVA, A. G.; RODRIGUES, T. C. L.; GOMES, K. V. Adolescência, vulnerabilidade e uso abusivo de drogas: a redução de danos como estratégia de prevenção. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 15, n. 33, p. 335-354, 2015.

SILVA, J. O.; CHAVES, A. M. Entre roubar e traficar: os sentidos construídos por um adolescente em conflito com a lei. *In*: TAVARES, L. A.; MONTE, J. C (Eds.). **A adolescência e o consumo de drogas: uma rede informal de saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA/CETAD, 2014. p. 316.

SOUZA, K. M.; MONTEIRO, S. A abordagem de redução de danos em espaços educativos não formais: um estudo qualitativo no estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Interface**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 38, p. 833-844, 2011.

SOUZA, L. A.; COSTA, L. F. O significado de medidas socioeducativas para adolescentes privados de liberdade. **Acta Colombiana de Psicología**. Bogotá, v. 15, n. 2, p. 87-97, 2012.

TEIXEIRA, M. B. *et al.* Tensões paradigmáticas nas políticas públicas sobre drogas: análise da legislação brasileira no período de 2000 a 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 5, p. 1455-1466, 2017.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, 2005.

## APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



### UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – CAMPUS SOBRAL PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA POLÍTICAS PÚBLICAS

#### **Termo de consentimento livre e esclarecido**

#### **PESQUISA: Drogas e sistema socioeducativo: Processo formativo em redução de danos para socioeducadores**

Prezado(a) colaborador(a),

Você está sendo convidado(a) por Francisca Grazielle Costa Calixto, aluna do Programa de Pós-graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, campus Sobral, para participar de uma pesquisa. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

O comitê de ética é um órgão institucional criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Resolução nº 510/16 Conselho Nacional de Saúde). A pesquisa com título “DROGAS E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: UM PROCESSO FORMATIVO EM REDUÇÃO DE DANOS PARA SOCIOEDUCADORES” tem como objetivo realizar um curso formativo com socioeducadores que irá culminar em um produto técnico para abordagem em redução de danos ao adolescente em cumprimento de medida em meio fechado. Durante o curso serão vistos temas específicos que fomentarão discussões em formato de roda de conversa para além dos conteúdos expositivos. As aulas conduzidas por uma metodologia dialógica serão gravadas e transcrita como procedimento de coleta de dados. Posteriormente serão analisados os discursos dos participantes que consolidará o intuito da pesquisa-ação.

Dessa forma, a sua participação poderá trazer como benefícios o desenvolvimento da pesquisa e informações relevantes acerca do tema da pesquisa no município de Sobral, e quiçá, em nível nacional, porém, especificamente para os participantes, pode ajuda-los a entender melhor sobre a temática, e, além disso, ouvir de colegas mais experientes sobre o assunto. Para realizar o estudo será necessário que você se disponibilize para tais procedimentos: participar das aulas do curso de extensão “Uso de drogas: uma abordagem psicossocial”. As aulas

acontecerão durante o turno de trabalho aos domingos com duração de 4h durante 05 domingos de acordo com a disponibilidade e interesse de cada profissional. As aulas só poderão ser gravadas se houver seu consentimento para tal, caso haja, este será gravado em um aparelho celular. Não será recebido nenhum pagamento por participar da pesquisa.

A participação nesta pesquisa não traz complicações; talvez, apenas, algum constrangimento que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. Os procedimentos da pesquisa obedecem às normas estabelecidas pela Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e não oferecem riscos à integridade física, psíquica e moral dos participantes, assim como não oferecem riscos à sua dignidade, constata-se, então, riscos mínimos. Em caso de algum desconforto gerado durante a pesquisa, o participante pode desistir da sua participação na pesquisa e, se necessário, terá todo o apoio psicológico da pesquisadora principal.

Você receberá uma via deste termo. As informações coletadas serão utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo.

---

#### **ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:**

Nome: Francisca Grazielle Costa Calixto

E-mail: graziele.calixto@alu.ufc.br

Instituição: Universidade Federal do Ceará (Campus Sobral), Curso de Psicologia Endereço: R. Iolanda P. C. Barreto, 138 - Derby Clube, Sobral - CE, 62042-270 Telefone: (88) 3613-1663.

#### **COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (CCS), campus do Derby | Av. Comandante Maurocélvio Rocha Pontes, 150 - Bairro Derby Clube - CEP 62042-280 | Sobral -CE

Telefone: (88)3677-4255

E-mail: comite\_etica@uvanet.br

---

#### **CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO COMO SUJEITO**

Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação na mencionada atividade e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Nome do participante: \_\_\_\_\_

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Nome do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador: \_\_\_\_\_

Sobral, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## ANEXO A – CARTA DE ANUÊNCIA



## CARTA DE ANUÊNCIA

**Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS)**

Declaro ter conhecimento do projeto de Pesquisa intitulado **Drogas e Sistema Socioeducativo: processo formativo para socioeducadores do Centro Socioeducativo de Sobral**, da discente **Francisca Grazielle Costa Calixto**, vinculado ao Departamento de Psicologia do Programa de Pós Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, sob a coordenação e orientação da Prof Dr Paulo Henrique Dias Quinderé, cujo objetivo propor uma abordagem reflexiva em redução de danos nos Centros Socioeducativos de Sobral (internação, provisória e semiliberdade).

A Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo (SEAS) está de acordo com a realização da mesma, tendo conhecimento de seus objetivos e procedimentos metodológicos, permitindo o acesso do pesquisador aos usuários do serviço e documentos institucionais para fins de pesquisa. O pesquisador se compromete com o cumprimento dos requisitos de resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, de maneira a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades. Sendo então autorizado o projeto de pesquisa, que será realizada de acordo com a conveniência dos equipamentos e dos usuários, considerando a pandemia por COVID-19.

Fortaleza-CE, em 27 de outubro de 2021.

*Rosane Alves Martins*  
Rosane Alves Martins

Assessora Técnica

*Rosane Alves Martins*  
Mat.: 08422  
Assessora Técnica  
ASDIS / SEAS

Assessoria Especial de Diretrizes Socioeducativas

## ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DROGAS E SISTEMA SOCIOEDUCATIVO: processo formativo em redução de danos para socioeducadores.

**Pesquisador:** FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 62018022.7.0000.5053

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.642.482

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa proposta trata-se de uma pesquisa qualitativa, tendo como método a pesquisa ação. Será priorizada a vivência do pesquisador no ambiente em que ocorrerão as atividades bem como o acesso a percepção dos atores envolvidos no processo (TRIPP, 2005) a respeito dos temas “Redução de danos”, “Uso de drogas da adolescência” e “Medidas socioeducativas de internação”. Com isso, a pesquisa visa a “compreensão ampla do fenômeno que está sendo estudado, considera que todos os dados da realidade são importantes e devem ser examinados” (GODOY, 1995, p.62). Para dar conta dos objetivos propostos a pesquisa-ação socialmente crítica contribuirá para o planejamento, execução e avaliação dos dados, pois para Tripp (2005) essa metodologia de investigação e análise corrobora para melhorias para as pessoas, no caso os sujeitos atuantes, abrindo precedentes para que estes questionem suas realidades vivenciadas que implicam nas relações com os demais sujeitos atuantes no sistema.



### **Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Construir uma linha-guia em saúde para orientar socioeducadores que atuam com as medidas socioeducativas quanto à abordagem em redução de danos para o uso de drogas na adolescência.

Objetivo Secundário:

- Levantar os pontos inerentes ao trabalho dos socioeducadores com os adolescentes em conflito com a lei; (grupo focal).
- Entender a perspectiva dos socioeducadores dos centros socioeducativos sobre uso de substâncias e redução de danos na adolescência (grupo focal).
- Facilitar oficina de apresentação da linha guia para o sistema socioeducativo.
- Divulgar a linha-guia para público de profissionais atuantes no sistema socioeducativo brasileiro.

### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Há uma discussão, por parte dos autores, referente aos possíveis riscos e benefícios envolvidos da participação na pesquisa.

### **Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Relevante na perspectiva de auxiliar no desenvolvimento de estratégias para fomentar a base de ações dos socioeducadores dos centros socioeducativos sobre uso de substâncias e redução de danos na adolescência.

### **Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Adequados

### **Recomendações:**

Não se aplicam

### **Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não se aplicam

### **Considerações Finais a critério do CEP:**

Projeto de pesquisa APROVADO. O CEP reforça a Resolução CNS 466/12, onde: "XI.2 - Cabe ao pesquisador: d) elaborar e apresentar os relatórios parciais e final da pesquisa". Estes relatórios obrigatórios devem ser enviados via Plataforma Brasil, para o monitoramento e arquivamento da pesquisa pelo CEP.





**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2001154.pdf	19/08/2022 14:04:49		Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	19/08/2022	FRANCISCA	Aceito
Outros	CartaDeAnuencia.pdf	16/08/2022 16:57:19	FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO CALIXTO	Aceito
Outros	INSTRUMENTO.pdf	16/08/2022 16:57:00	FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	16/08/2022 16:56:48	FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO.pdf	16/08/2022 16:56:34	FRANCISCA GRAZIELE COSTA CALIXTO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SOBRAL, 14 de Setembro de 2022

---

**Assinado por:**

**CIBELLY ALINY SIQUEIRA  
LIMA FREITAS**

**(Coordenador(a))**

## ANEXO C – RELATÓRIO DE CURSO PARA FORMAÇÃO PROFISSIONAL



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ  
Campus de Sobral

Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas  
Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas

### Curso para Formação Profissional<sup>i</sup>

<b>Uso de substâncias: uma abordagem psicossocial para socioeducadores</b>	
<b>Linha de Pesquisa: Uso de drogas e dependência química</b>	
<b>Projeto de Pesquisa: Redução de danos e socioeducação</b>	
<b>Equipe de Organização<sup>1</sup></b>	
<b>Nome</b>	<b>Função</b>
Francisca Grazielle Costa Calixto	Estudante de Pós-graduação
Paulo Henrique Dias Quinderé	Docente
	Escolher um item.
	Escolher um item.
	Escolher um item.
	Escolher um item.
<b>Modalidade: Curso de extensão (iniciação)</b>	Escolher um item.
<b>Entidades Patrocinadoras ou Financiadoras<sup>ii</sup>: Nenhuma</b>	
<b>Local ou Plataforma (se online) em que o Curso foi Realizado: Centro Socioeducativo de Sobral</b>	
<b>Período de Realização do Curso: 28/08/2022 a 30/10/2022</b>	
<b>Demanda<sup>iii</sup>: Necessidade de desenvolvimento de uma abordagem psicossocial do uso de substâncias no âmbito do sistema socioeducativo.</b>	
<b>Objetivo do Curso: Facilitar um curso de formação em saúde para orientar socioeducadores que atuam com as medidas socioeducativas quanto à abordagem em redução de danos frente ao uso de drogas na adolescência.</b>	
<b>Público-alvo: Socioeducadores de nível médio vinculados à Sistema Socioeducativo Estadual do Ceará (SEAS/CE)</b>	
<b>Programação e Professores/Facilitadores: Aulas aos domingos com metodologia variada. A facilitadora é a estudante de pós-graduação Grazielle Calixto.</b>	
<b>Se pertinente, informe links que mostrem registros em vídeo, áudio ou fotos do curso:</b>	
<b>Impacto quantitativo<sup>iv</sup>: Formar 22 agentes socioeducadores na temática do curso.</b>	
<b>Impacto qualitativo<sup>v</sup>: Fornecer conceituação e mudanças qualitativas na abordagem dos jovens em conflito com a lei, especialmente no tocante a uso de substâncias.</b>	
<b>Abrangência Realizada<sup>vi</sup>: Sobral/CE</b>	
<b>Abrangência Potencial<sup>vii</sup>: Ao tratar do tema, é possível que seja gerado um disparador para a estruturação de formações em serviço sistematizada. Para tal, é necessário, por parte dos gestores do sistema socioeducativo, a reflexão sobre o próprio papel da instituição na formação e capacitação de seus servidores. Portanto, a capacitação continuada é uma das possibilidades desse PT.</b>	

<sup>1</sup> Acrescente quantas linhas forem necessárias para indicar toda a equipe de organização

**Replicabilidade<sup>viii</sup>:** Há a possibilidade de replicar a experiência do curso por outros pesquisadores e em outros centros socioeducativos e/ou espaços de agrupamentos juvenis de cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e fechado. Para sua consecução, é necessário a formação inicial do pesquisador e o contato com a rede que pretende replicar a formação.

**Complexidade<sup>ix</sup>:** Aborda o tema em contexto de internação de adolescentes em conflito com a lei, muitas vezes encarado como um espaço de segurança, por meio da privação de liberdade. Torna-se desafiador visto a forma proibicionista da questão das drogas.

**Inovação<sup>x</sup>:** Apresenta inovação ao trabalhar um tema pouco abordado no contexto socioeducativo, visto o tabu e a falta de oportunidades de falar sobre o uso de drogas. Além do retrocesso nas políticas públicas de atenção à saúde de usuários de substâncias em contextos de vulnerabilidade. Proporciona-se assim, uma visão que atenda a promoção em saúde no contexto da adolescência em cumprimento de medida em meio fechado através da capacitação dos profissionais que atuam diretamente com esse público.

**ANEXOD – FICHA DE SÍNTESE PARA INSERÇÃO DE DADOS NO COLETA  
CAPES**

<b>Ficha de síntese para Inserção de dados no Coleta CAPES</b>	
<b>*Itens obrigatórios</b>	
<b>Nome dos autores, categoria (docente, estudante de pós-graduação, estudante de graduação, participante externo), CPF, e-mail, maior titulação, curso da maior titulação e instituição de formação, <u>no caso de participantes externos ou de estudantes de graduação que ainda não estão cadastrado nos projetos de pesquisa do coleta CAPES</u></b>	Francisca Grazielle Costa Calixto, estudante de pós-graduação, 024.800.143-47, <a href="mailto:grazielle.calixto@alu.ufc.br">grazielle.calixto@alu.ufc.br</a> , pós-graduação em saúde mental pelo Instituto de Formação Superior do Ceará, graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará.  Paulo Henrique Dias Quinderé, docente, CPF, <a href="mailto:pauloquindere@sobral.ufc.br">pauloquindere@sobral.ufc.br</a> , Doutor em Saúde Pública pela Universidade Estadual do Ceará, Graduação em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba.
<b>Nível*</b>	Extensão
<b>Instituição promotora ou evento</b>	Universidade Federal do Ceará – Campus Sobral
<b>Duração (dias)</b>	10 dias
<b>Local</b>	Centro Socioeducativo de Sobral
<b>Cidade</b>	Sobral – CE
<b>País</b>	Brasil
<b>Divulgação</b>	Meio Digital
<b>Finalidade* (255 caracteres)</b>	Facilitar um curso de formação em saúde para orientar socioeducadores que atuam com as medidas socioeducativas quanto à abordagem em redução de danos para o uso de drogas na adolescência.
<b>Impacto - Nível*</b>	Médio
<b>Impacto - Demanda*</b>	Espontânea
<b>Impacto – Objetivo da pesquisa</b>	Solução de um problema previamente identificado
<b>Impacto - Área impactada pela produção*</b>	Social
<b>Impacto - Tipo*</b>	Real

<b>Descrição do tipo de impacto*</b> (síntese do que já foi exposto no relatório em 255 caracteres)	O impacto consiste na compreensão dos socioeducadores acerca do uso de substâncias por adolescentes, bem como fornecer subsídio teórico para uma abordagem psicossocial do problema citado.
<b>Replicabilidade*</b>	Sim
<b>Abrangência territorial*</b>	Local
<b>Complexidade*</b>	Média
<b>Inovação*</b>	Médio teor inovativo
<b>Setor da sociedade beneficiado pelo impacto*</b>	Administração Pública, Defesa e Seguridade Social
<b>Declaração de vínculo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFC*</b>	Não
<b>Houve fomento?*</b>	Não houve
<b>Há registro/depósito de patente intelectual</b>	Não
<b>Estágio da tecnologia</b>	Finalizada/Implantada
<b>Há transferência de tecnologia/conhecimento</b>	Não
<b>URL (endereço na internet onde o produto pode ser localizado)</b>	
<b>Observação (informações adicionais)</b>	

<sup>i</sup> **Definição:** conjunto de conteúdos estabelecidos de acordo com as competências requeridas pela formação profissional, em conformidade com os objetivos do Programa de Pós-Graduação.

<sup>ii</sup> Em caso de financiamento obtido por editais de fomento, explicitar o número do edital e demais informações que possam identificar o financiamento recebido.

---

iii **Demanda** (critério CAPES): este critério avalia se o PT atende a uma lacuna, ou seja, se responde a uma necessidade da sociedade ou de um determinado segmento social. Não é necessário que tenha havido uma solicitação explícita, mas o relato do PPG precisa evidenciar que o público-alvo atingido carece de um PT daquela natureza. Nesse sentido, a descrição feita tem que evidenciar a aplicabilidade do PT.

iv Número de participantes

v **Impacto qualitativo** (critério CAPES): este critério diz respeito ao impacto qualitativo e/ou quantitativo do PT. Aqui deve ser avaliado o mérito do produto desenvolvido pelo PPG, considerando a relevância e o significado para as pessoas ou áreas beneficiadas, bem como a utilidade do que foi desenvolvido pelo PPG. Neste sentido, a descrição feita tem que evidenciar a aplicabilidade do produto, tendo em vista o(s) seu(s) público(s) alvo.

vi Por exemplo: município de Sobral; Região norte do Ceará; Estado do Ceará; Brasil e Canadá;

vii **Abrangência potencial** (critério CAPES): este critério considera a possibilidade de expansão em termos de incrementar o alcance do PT ou de gerar outros produtos a ele vinculados. A avaliação dessa possibilidade de expansão deve estar referendada em uma descrição que deixe explicitados esses cenários de desdobramento do produto

viii **Replicabilidade** (critério Capes): este critério considera a possibilidade de outros PPGs ou outros pesquisadores/profissionais reproduzirem o PT que foi desenvolvido. A avaliação desse critério deve estar referendada em evidências de registro do que foi desenvolvido (método e procedimentos adotados em seu desenvolvimento).

ix **Complexidade** (critério CAPES): este critério busca avaliar se o PT demanda um esforço expressivo do PPG, considerando a dificuldade de construção daquele produto. Aspectos cognitivos, tecnológicos e sociais seriam exemplos de sinalização de um processo de desenvolvimento de produto complexo.

x **Inovação** (critério CAPES): este critério considera em que medida o PT aponta para uma novidade em termos do que é produzido pela área. Nesse sentido, deve ser avaliado se o produto introduz alguma mudança, em termos de forma ou de conteúdo, que possa ser considerada um diferencial para a área. A avaliação de inovação depende, necessariamente, da argumentação do PPG, que demonstre o caráter inovador daquele PT.